

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Franciele Silveira Borges

O conceito de família entre educadores sociais de uma “*Casa-Lar*”

Florianópolis
2022

Franciele Silveira Borges

O conceito de família entre educadores sociais de uma “*Casa-Lar*”

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Alberto Brunetta.

Florianópolis
2022

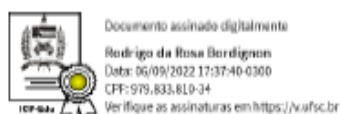
Ficha de identificação da obra elaborada pela autora através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Franciele Silveira Borges

O conceito de família entre educadores sociais de uma Casa-Lar

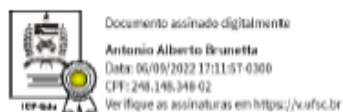
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 02 de setembro de 2022.



Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Coordenação do Curso

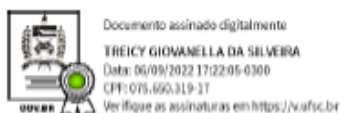
Banca examinadora



Prof. Antonio Alberto Brunetta, Dr.
Orientador



Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina



Profa. Treicy Giovanna da Silveira, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis/SC, 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao professor-orientador deste trabalho, Prof. Dr. Antônio Alberto Brunetta. À sua orientação, desde o início paciente aos meus processos enquanto estudante; à sua didática ao me possibilitar a construção da pesquisa a partir de todas as ânsias que trazia após a experiência tida num serviço de acolhimento. À sua compreensão e assistência nos percalços por mim enfrentados, fossem de natureza pessoal, de saúde ou mesmo materiais – ainda estou com seu notebook(!). À confiança, envolvimento e entusiasmo com a pesquisa. Obrigada por acreditar nela. Às conversas de orientação, sempre atentas e finalizadas com caminhos produzidos ali, numa reafirmação constante, em seu fazer professoral, de que conhecimento não se transmite, e sim constrói/produz. Sua orientação, com certeza, é parte de minha formação acadêmica para além deste trabalho final, de minha formação enquanto sujeita, e é também inspiração à prática docente. Muito obrigada, Brunetta.

Agradeço também à Profa Dra. Elizabeth Farias da Silva por suas contribuições na qualificação do projeto de pesquisa. À Profa Dra. Treicy Giovanella da Silveira pelo interesse na pesquisa e contribuições tanto na qualificação do projeto, quanto no trabalho final. Agradeço ao Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges pela disposição à banca de defesa, bem como aos apontamentos e contribuições ao trabalho final. Obrigada por apresentar e guiar possibilidades abertas neste trabalho.

Um agradecimento especial ao colega e amigo Lucas Maciel Ferreira, sem ele este trabalho não passaria nem pelo campo das ideias. Obrigada pelo *start* ao me fazer perceber como o que parecia chocar com a intenção de finalizar o curso, poderia se transformar no trabalho de conclusão.

Quero deixar meu agradecimento também, aos demais professores e professoras do curso de Ciências Sociais, que cada um ao seu tempo em minha trajetória acadêmica, são autores de minha formação e fazem também parte dessa finalização.

Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller, que mais de uma vez me possibilitou imersões no curso, como quando oportunizou uma das melhores e mais intensas das experiências que pude ter no período de graduação, logo no terceiro semestre, na disciplina de PPCC. A montagem e apresentação da peça *Os Dias da Comuna*, de Bertolt Brecht. Obrigada a Profa. Dra. Maria Soledad E. Orchard e ao Prof. Dr. Ary Cesar Minella por confiar e consentir essa proposta.

Agradeço à Rose (Rosemari Fernandes), chefe de expediente do curso de Ciências Sociais, que tantas vezes ajudou a compreender e lidar com os trâmites burocráticos. Obrigada pela atenção, prontidão e paciência.

Agradeço ao Rogério, *in memorian*, que pacientemente, me tirou muitas dúvidas, orientou e auxiliou nos procedimentos junto à secretaria do curso.

Sendo esse também um espaço de memória, e o trabalho de conclusão de curso, da mesma forma com que o "trote" faz-se ritual ao ingressar na universidade é para além da comprovação da habilitação o marco de conclusão de uma jornada, agradeço àqueles que estiveram comigo nesse caminho.

Assim, agradeço à minha mãe Marisete, *in memorian*, que sonhou e acreditou nesse momento. E ao meu pai, José Adelar, *in memorian*, que me apoiou durante toda a graduação e confiou até seus últimos dias que esse momento chegaria. Obrigada pai. Vou me formar, mãe.

Obrigada também às minhas irmãs, pela longa espera. À Mona, agradeço por me apresentar o ensino universitário de qualidade e tão cedo me fazer entender a educação como um direito. À Gisi, por me mostrar que conhecimento produz autonomia em qualquer tempo. À minha sobrinha, Maria Carolina, agradeço sua existência, que em vários momentos me foi motivadora a continuar.

Ao meu companheiro, Ismael, agradeço por me acompanhar durante todo o desenvolvimento deste trabalho, lado a lado enfrentando todas as dificuldades, apoiando e incentivando a continuar sempre que oscilei desistir. Obrigada por acreditar, pela compreensão dos meus 'estados', pelas correções ortográficas, pelas contribuições como colega de área e pelas noites em claro nessa reta final, onde sua companhia foi fundamental. Obrigada.

Para finalizar, não poderia deixar de agradecer a todas minhas amigas e amigos, que fizeram parte de minha formação humana e acadêmica nesse período. Obrigada por todas as conversas: no bar, em casa ou na universidade. Pelas companhias de RU, café do CFH, *Bosque*, festas no *Oásis*. Pelas tardes de estudo na Saramago, Biblioteca do CED, BU, Labufsc ou nos laboratórios. Pelas parcerias em final de semestre nos diversos cantos dessa ilha, onde já nos ilhamos por noites, dias e madrugadas adentro. Por compartilharem junto a mim, muito amor, em forma de comidinhas gostosas alquímicas, risos, banho de mar, acroyoga, sarau, rodas de música, teatro e cigarrinhos. Obrigada pelas diversas trocas que fazem parte do que sou hoje. Minha formação não seria a mesma sem vocês.

RESUMO

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, a partir do artigo 227 da Constituição 1988, inaugura uma nova compreensão sobre a infância e a adolescência. Estes são constituídos como sujeitos de direitos, sendo criada uma série de leis a fim de garantir sua Proteção Integral. Seguindo essa prerrogativa, foram normatizados os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. O trabalho que segue buscou identificar como educadores sociais compreendem, e como se materializa, o conceito de família em um abrigo institucional. O abrigo escolhido para a pesquisa é gerido por uma OSCIP. Esse abrigo foi criado no município, no mesmo ano em que o abrigo municipal (gestão pública) foi fechado. Os adolescentes acolhidos no abrigo extinto foram os primeiros acolhidos no abrigo estudado nesta pesquisa. Inicialmente foram analisados os documentos que preconizam as Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento, são eles a CF1988, o ECA1990, e a resolução de criação do CONANDA1991. A partir de entrevistas dialogadas e seguindo um roteiro semiestruturado, foram entrevistados 8 (oito) educadores sociais – 4 (quatro) homens e 4 (quatro) mulheres. Os resultados das entrevistas foram confrontados com as definições do Estado acerca de família, e como conclusão entende-se que a institucionalidade caminha na contramão das principais demandas trazidas pelas crianças e adolescentes acolhidos.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Casa Lar; Família; Educador Social.

ABSTRACT

The Child and Adolescent Statute, approved in 1990, based on article 227 of the 1988 Constitution, inaugurates a new understanding of childhood and adolescence. These are constituted as subjects of rights, and a series of laws were created in order to guarantee their Full Protection. Following this prerogative, the Shelter Services for Children and Adolescents were standardized. The work that follows sought to identify how social educators understand, and how it materializes, the concept of family in an institutional shelter. The shelter chosen for the research is managed by an OSCIP. This shelter was created in the municipality, in the same year that the municipal shelter (public management) was closed. The adolescents sheltered in the extinct shelter were the first ones sheltered in the shelter studied in this research. Initially, the documents that advocate the Technical Guidelines for Shelter Services were analyzed, they are the CF1988, the ECA1990, and the resolution to create the CONANDA1991. Based on dialogued interviews and following a semi-structured script, 8 (eight) social educators were interviewed - four men and four women. The results of the interviews were confronted with the definitions of the State about the family, and as a conclusion it is understood that institutionality goes against the main demands brought by the children and adolescents welcomed.

Keywords: Institutional Reception; Home; Family; Social educator.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS – Centros de Atenção Psicossocial

CL – Casa Lar

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho Tutelar

CUIDA – Sistema da Corregedoria

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

OSCIP – Organização Social Civil de Interesse Público

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	10
2. INTRODUÇÃO	18
3. LEGISLAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	21
4. O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NA GRANDE FLORIANÓPOLIS	27
5. O CONCEITO DE FAMÍLIA ENTRE EDUCADORES SOCIAIS	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
7. REFERÊNCIAS	57
8. APÊNDICES	59

APRESENTAÇÃO

Em dezembro de 2014, assumi a vaga de monitora¹ em uma Casa Lar Municipal. Iniciei assumindo o período vespertino, horário das 13 às 19 horas, de segunda a sexta-feira, com plantões de 12 horas, dois domingos ao mês os quais eram pagos em folga. A cada período havia dois monitores, sendo que os diurnos trabalhavam 6 horas, e os noturnos trabalhavam com plantões de 12 horas. Eram cerca de 15 (quinze) monitores noturnos além dos 4 (quatro) diurnos. Compunham também o quadro de funcionários, a faxineira e a cozinheira trabalhando 8 horas, de segunda a sexta-feira, com plantões de 12 horas, dois sábados ao mês. A assistente social, atendendo duas manhãs na semana; e a diretora, presente de segunda a sexta-feira pela manhã, e em plantão, podendo ser chamada sempre que necessário; além do motorista, com horário desconhecido.

Os plantões de sábado eram divididos entre a faxineira, a cozinheira e os monitores do dia. Os plantões de domingo entre os monitores noturnos. Entre dezembro de 2014 a janeiro de 2015, passei todas as tardes da semana na Casa Lar Municipal de Biguaçu. Estava incumbida de auxiliar cotidianamente as crianças e adolescentes acolhidos. Com a higiene pessoal, alimentação, organização dos seus horários e atividades e, sobretudo, manter ‘*ordem*’ na casa.

Nas primeiras semanas havia poucas crianças na Casa, muitas estavam com seus padrinhos², havia também bastante movimento com visitas de projetos diversos³, amigos da Casa⁴, ou mesmo comemorações organizadas pela Casa Lar.

1 O termo *monitora* não é mais utilizado nas instituições para acolhimento de crianças e adolescentes, atualmente esses são chamados *educadores sociais*

2 O Apadrinhamento Afetivo é um programa desenvolvido com o objetivo de promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento e pessoas da comunidade que se dispõem a serem padrinhos e madrinhas. É exigido dos padrinhos que estes tenham disponibilidade de tempo para participar efetivamente da vida do(a) afilhado(a) (visitas ao abrigo, a escola, passeios, etc.); ter mais de 21 anos (respeitando uma diferença de 16 anos em relação a idade da criança ou do adolescente); participar das oficinas e reuniões com a equipe técnica do projeto; apresentar toda a documentação exigida; consentir visitas técnica na sua residência; respeitar as regras e normas colocadas pelos responsáveis do projeto e dos abrigos. As atividades que podem ser desenvolvidas com seus afilhados são: levar para passear; acompanhar e ajudar nas tarefas da escola; levar ao médico e ao dentista; realizar brincadeiras em dias de visita ao abrigo; e levar (se desejado) o afilhado para passar um dia ou fim de semana em sua residência.

3 Em sua maioria ONG's vinculadas a Igrejas ou Centros-Espíritas locais.

4 Os chamados “amigos da casa” são voluntários, pessoas que participam do projeto de apadrinhamento ou não, que desenvolvem atividades de recreação na Casa Lar.

Estavam acolhidos, com idades correspondentes à época (2015): uma adolescente que chamarei de Katarine⁵, com 17 anos – acolhida há três anos e sem perspectiva de retorno à família ou adoção; dois irmãos, Pedro com 8 anos e Gustavo com 11 anos – estavam lá há um pouco mais de um ano; João, 8 anos – há três anos na casa; Sibebe, 10 anos – em processo de adoção, sendo que ela já passava a maior parte do tempo com os pais adotivos, quando iniciei como monitora na Casa Lar; Melissa, 12 anos – irmã de Sibebe; Felipe, 13 anos – estava na Casa há alguns meses, regresso e já tendo passado por outras Casas Lares no município; uma bebê – também em processo de adoção, sendo adotada em minha segunda semana na casa; e Poliana, 14 anos – estava ali há poucas semanas, sendo que não competia à comarca daquele município o atendimento, contudo o município para onde ela deveria ir, não dispunha de vagas, encaminhando-a assim em caráter temporário para esta Casa Lar.

Havia um livro no qual os monitores deveriam relatar os acontecimentos a cada período do dia, e este deveria ser lido pelos mesmos ao assumirem o plantão. Em situações específicas éramos chamados a conversar com a psicóloga ou a diretora a fim de receber orientações. Logo na minha primeira semana, fui chamada a uma conversa dessas: duas das adolescentes acolhidas haviam fugido – Melissa e Poliana – Poliana retornou alguns dias depois, contando que se sentiu intimidada pelo amigo de Melissa, que as ajudou depois da fuga, então resolveu voltar. Melissa, segundo Poliana, tentava contato com familiares e não quis retornar à Casa. Levaram mais alguns meses até a encontrarem.

Ainda em minhas primeiras semanas chegou à Casa um menino de 7 anos, que havia sido retirado de sua família após sua mãe sofrer agressões do padrasto. Ela era alcoolista e única responsável pelo menino, assim ele foi levado pelo Conselho Tutelar à Casa Lar. Foi a familiar que eu tive mais contato. Ela teve permissão, um mês após o acolhimento, para visitar seu filho duas vezes por semana em horário específico, indo toda semana. O menino era bastante amável e carinhoso com a mãe. Lembro-me de encontrá-la no caminho para a Casa Lar, e juntas irmos conversando, onde ela me contou como estava difícil conseguir organizar as exigências do Conselho Tutelar (CT) a retomar a guarda de seu filho. Reclamava-me os horários de visita e a impossibilidade de trocar os dias segundo sua rotina. Dizia estar corrido com o novo emprego, não conseguindo sempre sair a tempo nos dias determinados à visita. Contou que precisou frequentar o Centro de Referência Especializado

⁵ Os nomes das crianças e adolescentes citados foram substituídos por nomes fictícios para preservar a identidade e privacidade dos mesmos.

de Assistência Social (CREAS) e ainda comparecia semanalmente. Estava especialmente feliz nesse dia, pois havia conseguido um apartamento, “*não ideal*”, me dizia ela, mas o que poderia pagar naquele momento, possibilitando-a a receber seu filho em passeios pré-agendados.

Os dois irmãos, Pedro e Gustavo, que estavam na Casa há pouco mais de um ano receberam no Natal a visita de sua mãe. Após passar um tempo com os filhos, ela procurou a direção e pude ouvi-la questionando à diretora quanto tempo eles ainda precisariam ficar ali. Segundo ela já fazia bastante tempo, e perguntou se ‘eles não tinham melhorado?’. Seu atendimento na ocasião não foi muito atencioso, recebeu uma resposta seca, dizendo que o problema não eram eles, que eles eram muito bem-comportados e que ela deveria procurar o Conselho Tutelar para se inteirar do procedimento à retomada da guarda. Quando ouvi o questionamento da mãe, senti talvez da mesma forma que sentiu a diretora, pondo-se logo em defesa das crianças salientando que elas não tinham culpa alguma. Contudo, os meninos estavam próximos quando questionada, foi uma situação bastante delicada, pois era explícita a condição da mãe: ela sofria de transtorno mental assim como a avó dos meninos, e não falava por mal, apenas não compreendia a situação em que ela própria estava exposta. Os transtornos mentais das pessoas próximas ao seu convívio era o motivo do acolhimento deles, de modo que não poderiam retornar à sua família, e considerada suas idades era improvável também a adoção. A atitude da diretora, culpabilizando a mãe pelo não cuidado dos filhos, é uma prática inadmissível segundo as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento⁶, neste documento é expresso que não deve ocorrer, em hipótese alguma, desrespeito aos pais das crianças e adolescentes, ficando os funcionários proibidos de ater-se a juízos de valor no trato com esses ou em relação a eles para com as crianças e adolescentes acolhidos.

João estava há três anos na Casa, sem perspectiva de retorno à família. Seu pai é traficante de drogas na região, sendo o menino retirado da família aos 5 anos, quando era fumante e auxiliava o pai em seu trabalho. Todos os acolhidos eram bastante inconstantes, ora carinhosos e afetivos, em seguida revoltos e agressivos. Nesse garoto as expressões eram extremadas, ele sentia tudo muito intensamente. No início eu conseguia tomar sua atenção em meio às explosões, e conversando, acalmá-lo. Com o tempo ele foi percebendo isso e foi tornando-se resistente ao meu contato. Passou a me evitar quando estava bravo, não me ouvia,

⁶https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf

nem deixava aproximar. Em outros momentos ele era bastante carinhoso, com todos os monitores e comigo. Nos seus momentos de revolta, pulava o muro da Casa e se escondia sentado na calçada, ou então por outros cantos em volta do muro, dentro ou fora da Casa. Num desses dias em que o vi pulando o muro, fui atrás ver o que acontecia, quando ele me contou que uma das “tias” – como eles nos chamavam –, falou que ele poderia ser policial quando crescesse, o que o deixou apavorado, fazendo-o se esconder em seu cantinho da segurança. Disse que seria morto pelo tio caso virasse policial, e negou inúmeras vezes a possibilidade disso acontecer. Depois de um tempo – quando precisei administrar a medicação⁷ - soube que esse menino tomava um remédio controlado, um inibidor de libido. Lendo a bula vi que o remédio não era indicado para a idade dele, questionei então a diretora a respeito e ela se ateve ao discurso de que fora prescrição médica, receitado pelo psiquiatra, tentei argumentar, sendo infeliz na tentativa. Segundo ela houve outras formas de tratamento, mas a gravidade da situação não permitia outra escolha. Contou que ele se machucou algumas vezes se masturbando, de tanto o fazer, e que “provocava” os colegas, e até mesmo, os monitores. Sendo uma das crianças mais ativas, o remédio controlado funcionava como um ‘sossega leão’, ele tomava às 19 horas todos os dias, após a janta, quando seguiam os banhos, deveres daqueles que tiveram aula à tarde, filme ou alguma brincadeira já dentro de casa, sendo que no máximo às 22 horas deviam todos encaminhar-se para as camas. Esse menino foi adotado por uma família italiana, sai da casa antes de concluso o processo, mas em princípio corria tudo bem, e se assim foi, em agosto de 2015 ele mudou para Itália com a nova família. Estranhei a rapidez da adoção internacional. Foi iniciado o contato via Skype, depois de dois meses a família veio para o Brasil, ficaram hospedados um mês em Jurerê Internacional, onde o menino ficou com eles em período de adaptação, e caso ocorresse tudo bem nesse período, ele iria com os pais adotivos para Itália. Saindo da Casa, acabei por não acompanhar o desfecho dessa adoção.

Um dos momentos marcantes na Casa foi quando presenciei a chegada de quatro irmãos ao abrigo: duas meninas, Raíssa com 9 anos e Bruna com 13, e dois meninos, Cauê com 11 e Eliton com 3 anos. Eliton chegou chorando nos braços do conselheiro, Cauê e Raíssa também choravam ao chegarem. Bruna parecia em estado de choque, sorria o tempo todo com semblante assustado e gestos automáticos. Eliton era anêmico, sendo difícil

⁷ Precisamente quando passei a assumir os plantões noturnos, anteriormente saía da Casa antes do horário da medicação, não tendo assim conhecimento desta.

alimentá-lo, comia pouco e era difícil colorir seu prato, pois ele negava tudo. Os três irmãos menores adaptaram-se mais facilmente, já Bruna teve vários embates com as outras adolescentes e também com monitores. Ela ganhou um celular quando já estava na Casa e se comunicava com seus familiares, tios e outros parentes distantes, contava muitas histórias a eles, algumas baseadas em fatos, outras inventadas. Em consequência disso recebemos uma visita intimidadora de um casal de primos deles. Ameaçaram um monitor que havia repreendido uma das crianças segurando com força seu braço. Após o ocorrido foi retirado o celular da menina. Ela foi a primeira a sair da Casa, indo morar com seu pai que não era o mesmo dos outros irmãos. Cauê demonstrou maior resistência ao distanciar-se da irmã, foi muitas vezes agressivo depois disso, e passou a portar-se em defesa dos irmãos a todo o momento, independente de conflitos.

Passado já algum tempo em que trabalhava na Casa, chegaram quatro meninas, irmãs. Clarissa, uma bebê de um ano e meio; Jimena, com 4 anos; Letícia, com 5 anos e Helena com 10. Pouco depois delas, chegaram outras duas bebês, gêmeas, com um ano e dois meses, Carla e Bianca. Esse foi o período mais difícil, eram três bebês que precisavam de atenção constante. Todas usavam fralda, mamavam, engatinhavam com alguns passos, derrubavam e punham tudo na boca, e éramos dois monitores por turno. Nesse período a faxineira e a cozinheira acabavam por nos ajudar no cuidado com as crianças. Havia as adolescentes, as crianças na faixa dos 8 aos 11 anos, as menores dos 4 aos 7 anos, e as bebês, e não havia pessoal para atender a todos.

As gêmeas foram acolhidas após sofrerem agressão do pai, que jogou Carla contra parede. A menina chegou cheia de hematomas, só conseguia dormir com alguém vigiando seu sono, e quando acordava entrava em desespero se não houvesse alguém próximo. Nos primeiros dias respondia assustada a qualquer toque, aos poucos fomos ganhando sua confiança, mais rápido inclusive do que com Bianca, que era bem mais arredia.

Iniciei trabalhando no período vespertino, durante as férias escolares, sendo que a Casa estava lotada e ficavam todos em casa, o dia todo. Nessa época os monitores se organizavam para passeios em suas folgas ou em fins de semana, que também não trabalhariam, com as crianças. Alguns monitores já haviam feito desses passeios antes, eles tentavam levar todas as crianças, em tempos diferentes, no máximo três em cada passeio, sempre procurando uma combinação empática entre as crianças escolhidas a cada passeio.

Durante a semana, no período da tarde, era mais fácil desenvolver atividades com eles. Tanto pela manhã, como no período noturno, havia outras demandas da casa que inflavam o plantão, tornando-o bastante desgastante e, por vezes, distante mesmo do contato com as crianças. Ou seja, havia uma sobrecarga de afazeres funcionais que se interpunha a atenção devida às crianças e adolescentes acolhidos. Nos finais de semana principalmente, quando ficavam apenas dois plantonistas a cada 12 horas. Precisávamos fazer tudo: café da manhã, almoço, limpeza, lavar roupa, café da tarde, janta e organização do espaço. Sempre com as 15 crianças e adolescentes: levantando, comendo, escovando seus dentes, tomando banho, brincando e bagunçando, se machucando, chorando, gritando, rindo, brigando... tudo sob mediação dos monitores! Nem sempre era possível organizar esse convívio. Fazia parte da mediação, fazer com que eles nos auxiliassem na rotina da casa, fosse nas atividades desenvolvidas ou na manutenção do espaço limpo e organizado, contudo as decisões sobre essa rotina não eram discutidas com as crianças e adolescentes. Eram ordens expressas hierarquicamente, não havendo discussão sequer entre os monitores, estes faziam cada qual o seu modo, dentro de uma estrutura organizativa previamente estabelecida pelos sujeitos que menos tempo compartilhavam aquele espaço com as crianças e adolescentes que lá residiam.

Eram muitas informações diárias, praticamente todos os dias algo acontecia, as crianças e adolescentes acolhidos viviam em constante conflito entre si. Todos os dias alguém se desentendia, e a menor das picuinhas era demandada aos monitores, que se punham sempre em posição de mediação, muitas vezes interferindo mesmo no conflito. A análise dessas situações faz pensar a respeito da autonomia que deve ser trabalhada com eles segundo os documentos oficiais. Era mais comum desenvolverem confiança e tomarem alicerce nos monitores, alguns especificando quais monitores, do que aprenderem a solucionar os próprios conflitos na Casa. Eles outorgavam sua segurança a alguém todo o tempo em que ali estavam.

Entre os monitores havia pouco diálogo e dificuldade em desenvolver atividades contínuas com as crianças e adolescentes. No que era proposto pelos monitores noturnos era comum a exibição de filmes. Estes eram selecionados pelo monitor que os levava, eram filmes baixados na Internet e armazenados em pendrive. Alguns dos filmes eram solicitações, outros, escolha do monitor. Não existia um cuidado especial na seleção dos filmes, apenas era respeitada a indicação etária dos mesmos. Quando já trabalhava em plantões noturnos, uma das monitoras da noite iniciou uma horta nos fundos da Casa. Preparou uma composteira, plantou alguns temperos, fazendo com que as crianças se envolvessem no trabalho com a terra

e auxiliassem na manutenção da horta. No entanto, não teve apoio dos colegas, não conseguindo também que as crianças mantivessem o cuidado com a horta. Trabalhando nos plantões noturnos, tínhamos apenas dois dias no mês, aos finais de semana, para desenvolver atividades diurnas, como trabalhar a horta. Com o tempo, e sem incentivo dos demais monitores as crianças acabaram perdendo rapidamente o interesse pela atividade. Lembro que Pedro foi quem por mais tempo manteve o cuidado com a horta e compoteira, até que uma das monitoras acabou com o trabalho.

Em outras situações, como a relatada acima, ou mesmo nas ‘fococas’ entre monitores, era perceptível a disputa na condução das rotinas. As escassas reuniões – no período que trabalhei houve apenas uma reunião geral, com todos os monitores, e esta ocorreu para apresentação da nova direção da Casa – impossibilitavam o diálogo e trabalho conjunto. O ócio transitava constantemente a Casa, as crianças eram criativas e se entretinham o dia todo criando brincadeiras entre elas, contudo suas relações eram vigiadas a todo tempo, sendo presente a sexualização de suas afinidades pelos adultos, e constante a vigília de seus atos.

Houve um episódio em que sete dos acolhidos entre 8 e 13 anos, quebraram as bases laterais de um berço de MDF, pegaram da cozinha facas e construíram armas, uma espécie de lança. Eles tinham também uma lista com os nomes dos monitores relacionados aos deles, cada um deles seria responsável por um monitor. Não se soube qual era a intenção. João contou para uma das monitoras das armas e onde elas estavam. Depois disso a vigília sobre eles foi muito maior. Na ocasião fui chamada pela assistente social ao chegar para cumprir meu plantão – eram meus primeiros plantões noturnos – e ela então me contou tudo, e orientou a agir normalmente com eles, como se de nada soubesse. Procurei ser carinhosa e demonstrar confiança neles, percebi outros monitores agindo de forma parecida. Era comum o contato afável com eles, não sendo assim nada destoante essa postura, contudo percebeu-se o cuidado especial que alguns dos monitores praticaram nos dias subsequentes.

Pouco antes de sair da Casa, mudou a direção, qual nos foi apresentada em uma reunião pelo Secretário de Assistência Social do município. Essa alteração produziu efeitos imediatos, próprios da transição. Saindo logo após, não acompanhei a nova direção, e em 2018 a Casa Lar municipal foi fechada. O alto custo para sua manutenção foi o principal motivo, conforme relatos da equipe de coordenação da CL. As crianças e adolescentes acolhidas pelo município foram transferidas para outras duas casas de acolhimento. Em dezembro de 2019, data em que os dados da presente pesquisa foram colhidos, eram essas

duas instituições responsáveis pelo serviço de acolhimento de crianças e adolescentes no município. O trabalho que segue apresenta uma dessas instituições que busca ser um lar temporário às crianças e adolescentes acolhidas.

Diante do exposto sobre minha vivência em uma Casa Lar é que surgiu o interesse por esta pesquisa cujos objetivos coincidem com a identificação do conceito de família operante no abrigo estudado, o que se dará por meio do reconhecimento do conceito de família aplicado pelo Estado no contexto de abrigos institucionais os quais serão perfilados com os conceitos de família elaborados por educadores e educadoras sociais que atuaram no referido abrigo.

2. INTRODUÇÃO

Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes possuem hoje diversas modalidades, sendo que sua origem remonta ações de filantropia e caridade, vinculadas prioritariamente a entidades religiosas e ao assistencialismo clientelista, o qual concebia as crianças e adolescentes que utilizavam esse serviço, em condição de favorecido (ADRIÃO, 2013).

A primeira legislação brasileira que se referencia diretamente ao público infantojuvenil, foi o Direito Penal do Menor, no qual essa parcela da população era ponderada apenas quando tida como delinquente.

Com o Código de Menores, o Estado trouxe para si o direito de punir, talvez, a última parcela da sociedade brasileira, as crianças. Não se quer dizer que a legislação penal não as atingisse anteriormente; porém, nessa fase, a criança passou a ser encarada como tal e não mais como uma espécie de pequeno adulto. Não desconsideramos que, com esta lei, também se iniciava uma forma mais concreta de amparo a essas crianças, uma situação própria das iniciativas de política social, onde a clientela precisa ser caracterizada, recebendo seus direitos em troca de uma contínua vigilância (MORELLI, 1996).

Embasada pelo Direito Penal do Menor, a segunda legislação inferida no Brasil ao público infantojuvenil foi a Doutrina da Situação Irregular, onde o termo “situação irregular” era utilizado para definir situações que fugiam ao padrão da sociedade:

Art.2º I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III – em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV –

privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V –Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI – autor de infração penal. (BRASIL, 1979).

Somente com a Constituição Federal de 1988, a qual expressa em seu artigo 227, a teoria da Proteção Integral, é que crianças e adolescentes passam a ser compreendidos como sujeitos de direitos. A Proteção Integral é adotada expressamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), logo em seu primeiro artigo. Instituições como a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FUNABEM), que abrigava tanto jovens infratores como aqueles que haviam sofrido alguma forma de violência ou negligência, precisam ser reformuladas. Os jovens infratores passaram então a ser antedidos por instituição específica, assim como “*os órfãos de pais vivos*”(FRANCISCO, LIMA, GROppo, 2020) eram apresentados aos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

O presente trabalho apresenta pesquisa efetuada no ano de 2019, com educadoras e educadores de um abrigo institucional localizado na Grande Florianópolis. O mesmo é conhecido como Casa Lar – uma das configurações ofertadas dentro dos Serviços de Acolhimento –, ainda que possua características que o definem como abrigo institucional. É comum os Serviços de Acolhimento serem reconhecidos na região como Casa Lar, independente das especificidades de sua configuração.

A pesquisa em questão, buscou identificar o conceito de família operante entre educadores sociais atuantes nesse abrigo. A opção pelos educadores sociais como interlocutores justifica-se por serem eles os responsáveis pelo cuidado diário com as crianças e adolescentes abrigados, sendo assim quem mais tempo passa e mais interage com eles.

No capítulo 1 (um) faz-se uma regressão a legislação, de modo a compreender como o Estado brasileiro referia-se a crianças e adolescentes, destacando o processo político que introduziu à Constituição de 1988 o artigo 227, e qual possibilitou a normatização dos direitos de crianças e adolescentes por meio do ECA. São apresentadas outras legislações que ensejadas pelo ECA, indicam e especificam a proteção à infância e adolescência, e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Como produção deste, é apresentado o documento de *Orientações Técnicas: Serviços de*

Acolhimento para Crianças e Adolescentes, onde são definidos os parâmetros de cada serviço ofertado com a finalidade de acolhimento provisório.

No segundo capítulo 2 (dois) é apresentada a entidade responsável pelo gerenciamento do abrigo, objeto de estudo nesta pesquisa. Apresenta-se um breve histórico da entidade, seus projetos e especificamente o projeto que corresponde ao abrigo estudado. Esse abrigo possui convênio com a prefeitura do município onde está localizado. É apresentado o Regimento Interno do abrigo e descrito sua estrutura e rotina no momento da pesquisa.

No terceiro capítulo 3 (três) constam as entrevistas com os 8 educadores sociais que trabalhavam no abrigo em dezembro de 2019, e a análise das mesmas, quais aparece também nas considerações finais. As entrevistas duraram em média 20 minutos cada, com exceção das entrevistas com a diretora, a psicóloga, a assistente social do abrigo e do município, que levaram em média 1 hora cada. Ao final do trabalho estão anexos os roteiros das entrevistas, com educadores sociais, com a assistente social do município e equipe técnica do abrigo.

3. LEGISLAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em análise sobre o histórico das legislações brasileiras relativas ao direito da família desde o período colonial até a Constituição de 1988, conclui-se que o modelo de constituição familiar é transitório (KROTH, 2008), é alterado a cada período, sendo fortemente influenciado pelo poder da Igreja e do Estado. Mesmo com a separação formal dessas duas instituições desde 1890, é perceptível a influência da Igreja sobre o Estado no que se refere às concepções de família, ainda que essa também tenha incorporado alterações decorrentes da conquista dos direitos civis, especialmente os conquistados por mulheres no início da década de 1980.

As discussões que trazem à tona a compreensão da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos adquire destaque ao final do regime ditatorial brasileiro de 1964. Após 13 anos de eleições indiretas, onde o partido representante dos militares controlava tanto a Câmara dos Deputados, quanto o Senado, já com os cinco Atos Institucionais promulgados, o país apresentava o pior índice de desigualdade de renda⁸. Nesse contexto de extrema pobreza, perseguições políticas, repressão, violência e restrições à liberdade, tornaram gritantes as condições de vulnerabilidade e risco às quais eram expostos uma parcela significativa de crianças e adolescentes. Estes eram tratados como “*menores em situação irregular*” e atendidos por políticas baseadas na Doutrina de Situação Irregular⁹, a qual era insuficiente para dar conta das demandas apresentadas. Era bastante comum nesse período a institucionalização dos jovens seja nas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM), ou em abrigos reconhecidos como Educandários ou Orfanatos, sendo que a

8 Em 1977 o Índice Gini, instrumento criado pelo matemático italiano Conrado Gini para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo e utilizado para determinar o ranking da desigualdade mundial, no Brasil era de 0,62. No ápice pandemia Covid-19 em 2020, esse coeficiente atingiu o número de 0,508, baixando para 0,51 no primeiro trimestre de 2022.

9 O Estado brasileiro referenciou-se a crianças e adolescentes a partir de legislações distintas: a teoria do Direito Penal do Menor, a teoria da Situação Irregular e a teoria da Proteção Integral. Sendo que no Direito Penal do Menor, crianças e adolescentes eram tratados apenas sob o ângulo da delinquência. Já com a teoria da Situação Irregular, o termo era utilizado para definir situações que fugiam ao padrão normal da sociedade. Assim, por exemplo, considerava-se em situação irregular as crianças e adolescentes abandonados, vítimas de maus tratos e/ou pertencentes a famílias que se encontravam abaixo da linha da pobreza. O desenvolvimento das ciências que estudam a questão das crianças e dos adolescentes, como o direito, a pedagogia e a medicina, dentre outros, fundamentou a criação de uma doutrina que superasse os estreitos limites impostos pela doutrina da situação irregular. A teoria da Proteção Integral foi adotada expressamente pelo ECA, logo em seu primeiro artigo.

maioria das crianças e adolescentes acolhidos eram “*órfãos de pais vivos*”(FRANCISCO, LIMA, GROPPPO, 2020).

O acolhimento dava-se em instituições públicas ou particulares por abandono familiar ou incapacidade dos pais de oferecerem condições mínimas de vida digna para seus filhos, bem como a inexistência de políticas públicas que apoiassem a convivência familiar. As denominadas FEBEMs serviam para acolher tanto crianças quanto adolescentes, entregues pelos responsáveis, por não se verem em condições de educá-las, bem como nos casos tipificados como prática de crime ou contravenção penal. (FRANCISCO, LIMA, GROPPPO, 2020, p. 3)

A definição da criança e do adolescente como sujeito de direito surge no contexto de redemocratização do Brasil. As novas configurações familiares, fruto das movimentações de mulheres por seus direitos na vivência pública e privada, as quais puderam ser estabelecidas em lei com a nova Constituinte de 1988, contribuíram para uma nova percepção sobre a infância. Era notável que além das situações de pobreza, essas crianças e adolescentes tinham seus direitos violados. Dessa forma, movimentos sociais, a Pastoral do Menor (ligada a Igreja Católica), juristas, sindicalistas e instituições filantrópicas se articularam de modo a inserir na Constituição de 1988, através do artigo 227, a garantia de direitos a essa parcela da população. As reivindicações acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes iniciaram na década de 1970, mas foi com a inserção do artigo 277 na Constituição que se pode normatizá-los, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Assim, com a Constituição de 1988, seguindo prerrogativas internacionais, foi estabelecido em lei como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária; além do dever de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Sendo expresso em seu artigo 226 (CF 1988), que família seria a união estável entre o homem e a mulher e/ou “*a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes*”. (CF1988)

Ainda, conforme o parágrafo 1º de seu artigo 227, a CF 1988 prevê a participação de entidades não-governamentais, tais como a instituição qual é objeto desse estudo:

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos.

Em 1990 aprovou-se então o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁰, entendida a necessidade de uma legislação específica ao público infanto-juvenil. Com o ECA, crianças e adolescentes passam a ter assegurados seus direitos sociais e constitucionais, como qualquer outro cidadão brasileiro. (ADRIÃO, 2013)

Há também um conjunto específico de legislações que preconizam e especificam a proteção à infância e adolescência, as quais foram possibilitadas pela CF 1988 e pelo ECA 1990, são elas:

- Lei da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral;
- Lei Menino Bernardo (lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014) estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos;
- Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo Sinase (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012) - regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.
- Lei que instituiu a Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017) - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Do ponto de vista político e administrativo a redemocratização brasileira, por meio de seus novos regramentos, proporcionou a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)¹¹, o qual foi

Criado em 1991 pela Lei nº 8.242, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA é um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Integrante da estrutura básica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

¹⁰ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>

¹¹ <https://www.gov.br/participamaisbrasil/o-conanda>

O CONANDA tem sua composição e atribuições definidas nos seguintes termos:

O Conanda é um órgão colegiado de composição paritária integrado por representantes 9 (nove) representantes do Poder Executivo e 9 (nove) representantes de entidades não-governamentais que possuem atuação em âmbito nacional e atuação na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, conforme Decreto nº 9.579/2018 com redação dada pelo Decreto nº 10.003/2019.

- Fiscalizar as ações de promoção dos direitos da infância e adolescência executadas por organismos governamentais e não-governamentais;
- Definir as diretrizes para a criação e o funcionamento dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares;
- Estimular, apoiar e promover a manutenção de bancos de dados com informações sobre a infância e a adolescência;
- Acompanhar a elaboração e a execução do orçamento da União, verificando se estão assegurados os recursos necessários para a execução das políticas de promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil;
- Convocar, a cada três anos conforme a Resolução nº 144, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Gerir o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA).

No escopo deste trabalho, destacamos entre as produções do CONANDA o documento intitulado *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (MDS, 2009), que prescreve o conjunto de serviços de acolhimento, entre eles os de Casas-Lares:

Tais serviços podem ser ofertados em diferentes serviços de acolhimento: i. Abrigos Institucionais; ii. Casas-Lares; iii. Famílias Acolhedoras; e iv. Repúblicas. A organização dos diferentes serviços de acolhimento tem como objetivo responder de forma mais adequada às demandas da população infanto-juvenil. A partir da análise da situação familiar, do perfil de cada criança ou adolescente e de seu processo de desenvolvimento, deve-se indicar qual serviço poderá responder de forma mais efetiva às suas necessidades. Deve-se considerar, ainda: sua idade; histórico de vida; aspectos socioculturais; motivos do acolhimento; situação familiar; previsão do menor tempo necessário para viabilizar soluções de caráter permanente (reintegração familiar ou adoção); condições emocionais e de desenvolvimento, bem como condições específicas que precisem ser observadas (crianças e adolescentes com vínculos de parentesco –irmãos, primos, crianças e adolescentes com diferentes deficiências, que estejam em processo de saída da rua, com histórico de uso, abuso ou dependência de álcool ou outras drogas, etc), dentre outras.(MDS, 2009, p. 66)

Os serviços de acolhimento institucional conforme o disposto no ECA, só poderão ser acionados após esgotados todos os recursos para a manutenção na família de origem, extensa

ou comunidade. Sua provisão deverá ocorrer somente em caráter excepcional e de modo provisório. Trata-se de uma medida de proteção às crianças e adolescentes, quando estas se encontram em grave risco à sua integridade física e psíquica e tiverem seus direitos violados.

Esses serviços devem oferecer acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para as crianças e adolescentes; devendo funcionar como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para a família substituta. O serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionar vínculo estável entre os(a) cuidadores(a) e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos. A principal diferença entre o serviço de acolhimento denominado Casa Lar e o abrigo, encontra-se na presença do educador residente, o que não ocorre na instituição estudada.

Nas orientações técnicas para o funcionamento de Casas Lares¹² é estabelecido que o educador social residente deva residir numa casa que não é a sua, devendo acompanhar as crianças e adolescentes em suas atividades diárias, como reuniões escolares, festas de colegas, em tratamentos de saúde, tornando-se assim um referencial afetivo a estas crianças e adolescentes. No entanto, o papel deste profissional não deve substituir a função dos pais ou familiares de origem, e sim contribuir ao fortalecimento dos vínculos familiares, a fim de favorecer a reintegração à família de origem ou encaminhamento para a família substituta. Deve-se então conceder-se a este profissional, horários livres diários, folgas semanais e férias anuais, além do acompanhamento de uma equipe técnica, de modo que este profissional tenha possibilidade de construir projetos pessoais. (MDS, 2009).

É preciso mencionar que a despeito das definições e prescrições para as Casa-Lares, diferenciando-as de outras formas de acolhimento, nota-se as limitações quanto à efetiva orientação aos cuidadores residentes e demais membros da equipe no que tange às relações sociais que podem/devam ser construídas entre esses profissionais e o público dessas instituições, haja vista o caráter complexo da circunstância específica desse tipo de acolhimento, onde, por exemplo, recomenda-se especial atenção ao uso da nomenclatura sobre os papéis dos cuidadores e ao processo de desligamento das crianças e adolescentes atendidos:

12 https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf

[...] à clarificação do papel a ser exercido por esse profissional, de modo a que não se pretenda substituir o lugar e a função dos pais ou da família de origem. O educador/cuidador residente não deve ocupar o lugar da mãe ou da família de origem, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso. Assim, recomenda-se a substituição do termo largamente utilizado “mãe/pai social” por educador/cuidador residente, de modo a evitar ambiguidade de papéis, disputa com a família de origem ou fortalecimento da ideia de permanência indefinida da criança/adolescente no serviço e o investimento insuficiente na reintegração familiar. Nessa forma de serviço deve-se dar especial atenção ao processo de desligamento das crianças e adolescentes acolhidos por longos períodos, o qual deverá ocorrer de forma gradual e incluir a participação de todos os envolvidos. (p. 75-76)

Fica evidente a dificuldade em se traçar limites a essas relações, afinal, o que distingue a afetividade que deve ser construída entre educadores e as crianças e adolescentes residentes na Casa Lar, da afetividade construída entre familiares que dividem a mesma residência?

4. O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

A entidade que coordena o abrigo estudado, foi fundada em 1999, por um pastor da Igreja Batista. Inicialmente foi criada uma comunidade terapêutica para dependentes químicos, existente ainda hoje, a qual recebia e prestava atendimento a homens e mulheres dependentes químicos de todo o estado de Santa Catarina. Após alguns anos de atividade percebeu-se a necessidade de acolher crianças e adolescentes, pois muitos dos internos na comunidade terapêutica tinham seus filhos, ou também dependentes químicos, ou então negligenciados pelo vício dos pais. Assim, esse grupo religioso expandiu o projeto, passando a atender também bebês, crianças e adolescentes. Hoje são 5 (cinco) projetos divididos pelas demandas de cada município: uma casa de acolhimento para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de abandono ou risco, com 2 (duas) unidades; uma casa de acolhimento para adolescentes de 12 a 18 anos em situação de abandono ou risco, com 5 (cinco) unidades; uma casa de acolhimento para adultos, homens e mulheres, em situação de rua, com 3 (três) unidades; um projeto de assistência psicossocial estruturada para pessoas em situação de rua, com 1 (uma) unidade e a comunidade terapêutica para tratamento de adultos com dependência química, já citada, que hoje atende apenas homens.

Sendo uma sociedade civil de direito privado, esta entidade recebeu em 2005 o título de Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP), e em 2018 estabeleceu convênio com a prefeitura do município do abrigo em questão, onde, segundo informação da coordenação do abrigo, a prefeitura cobre despesas de água, luz, aluguel e folha de pagamento. O restante, como alimentação, material escolar, roupas e demais necessidades dos acolhidos, provém de voluntariado e captação de recursos. O abrigo comporta um número total de 20 (vinte) acolhidos – no convênio com a prefeitura são destinadas 15 (quinze) vagas para o município, ficando as outras 5 (cinco) vagas disponíveis a outros municípios da região. A maioria das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em vulnerabilidade no Brasil são geridos por ONG's.

O abrigo estudado começou atendendo crianças e adolescentes de 2 (dois) anos de idade a 18 (dezoito), hoje atendem de 0 (zero) anos de idade a 18 (dezoito). Essa ampliação da faixa etária para acolhimento é recente e se deu em razão da demanda no município.

Os projetos citados no primeiro parágrafo deste capítulo correspondentes a casas de acolhimento para crianças e adolescentes, seguem os seguintes documentos estabelecidos pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente): Estatuto da Criança e do Adolescente, Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento, e devem possuir um Projeto Político Pedagógico. No abrigo estudado não tive acesso a este último, pois no período da pesquisa em campo a equipe técnica informou que o mesmo estava em processo de atualização. Ao solicitar acesso ao antigo, a equipe técnica informou que devido a alterações importantes já encaminhadas no gerenciamento do abrigo, que não se encontravam naquele documento, não seria possível. Tendo acesso, assim, somente ao regimento interno. Dessa forma, os documentos que regem o abrigo estudado, segundo sua equipe técnica, são o estatuto da instituição, o regimento interno, o ECA, as Orientações Técnicas, o Projeto Político e Pedagógico e a ata de eleição da direção do mesmo.

Antes do convênio com a prefeitura, a entidade descrita aqui já possuía uma casa de acolhimento no município, essa casa era mista. Quando estabelecido o convênio, desta casa mista foram criadas duas outras casas: uma mista, a casa conveniada com o município, e outra acolhendo somente meninas, com vagas destinadas a outros municípios da região. As duas casas ficam na mesma rua. Essa mudança aconteceu em outubro de 2018, sendo que na data da pesquisa(2019), decorria 1 (um) ano e 2 (dois) meses desde o início do convênio, coincidindo com o tempo de criação da nova casa. A Casa Lar Municipal fechou em março de 2018, as crianças e adolescentes acolhidos por ela foram transferidas inicialmente para esse abrigo e para outro também já existente no município, mas gerenciado por outra entidade. Sete meses depois, quando o abrigo se transformou em dois, os adolescentes da antiga Casa Lar municipal foram transferidos novamente, de modo que foram esses adolescentes, anteriormente acolhidos na Casa Lar municipal, os primeiros acolhidos no abrigo estudado.

O abrigo é dividido, sendo a parte frontal da casa ocupada pelas meninas, onde há um quarto, uma sala com mesa de jantar e um banheiro. Passando uma porta é a outra parte da casa, onde há um banheiro e outros dois quartos, dos meninos e o quarto dos bebês. Nessa

parte fica também a cozinha, onde tem uma mesa para refeições e dá acesso aos fundos da casa. Nos fundos fica o escritório da equipe técnica, a área de serviço e uma sala com um computador e sofá. Dessa sala há uma saída para uma área (o que seria uma garagem) voltando à entrada principal. Do outro lado da área de serviço, há uma saída para um gramado, que se estende por toda lateral da casa até o portão principal. Esse é o caminho utilizado pelos meninos adolescentes e seus educadores para acesso à entrada pelos fundos, na parte masculina da casa.

A porta que divide a casa fica sempre fechada, há momentos de interação para que haja convívio entre os adolescentes, mas as atividades cotidianas são separadas, com exceção para atividades coletivas, sejam refeições ou recepção de projetos com ação social. Essa divisão é dada principalmente para o período noturno, na hora de dormir, e para proteção em momentos de conflitos. O abrigo funciona 24 horas, sendo 4 (quatro) educadores sociais e 4 (quatro) auxiliares de educador, trabalhando um educador e um auxiliar a cada período, sempre um homem e uma mulher. Eles trabalham dia sim, dia não, em plantões de 12h/36h. O plantão diurno trabalha das 7h às 19h, e o noturno das 19h às 7h. A educadora mulher cuida das meninas e das crianças menores, e o educador homem cuida dos meninos mais velhos. Há uma cozinheira trabalhando de segunda a sexta, e sábado até 12h. E a equipe técnica, formada pela assistente social e psicóloga trabalhando 30h semanais, e pela coordenadora, trabalhando 40h semanais.

Há um caderno de registro, onde todos os dias, ao fim do plantão, os educadores colocam os fatos ocorridos no dia e o estado dos acolhidos. O contato da equipe técnica com os educadores do período diurno acaba sendo mais constante. Com os educadores do período noturno para além dos registros, há comunicação via Whatsapp constante. São feitas reuniões mensais com todos os educadores e a cozinheira, sendo um momento de aprimoramento do trabalho. Para além dessas reuniões a instituição oferece capacitação aos educadores, sem uma periodicidade definida, de acordo com a demanda ou oportunidade.

A formação exigida para a função de educador social é ensino médio completo, e para a função de auxiliar de educador social não há exigência nesse aspecto. É observado para ambas as funções, a formação pessoal dos candidatos, se é uma pessoa com princípios, ética, se gosta de trabalhar com crianças e adolescentes, e, se essa pessoa consegue lidar com suas próprias regras e seus limites. Num abrigo o comportamento dos acolhidos não é linear, então é necessário que o educador esteja preparado para enfrentar as situações e também, encarar os

vínculos rompidos quando essas crianças ou adolescentes voltam para suas famílias ou são adotadas.

Consultam-se os antecedentes criminais do candidato, o tempo de permanência em seus empregos anteriores e sua disponibilidade de horários, para o caso da necessidade troca de horários ou mesmo acompanhar os acolhidos em passeios. Na contratação explicam-se as funções do educador, para que eles entendam que o trabalho enquanto educador social numa casa de acolhimento para crianças e adolescentes exige algumas aptidões, pois lidar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade seja emocional, afetiva ou de cuidados, exige do educador estrutura emocional para lidar com as inúmeras situações que se apresentam. A contratação se dá com a coordenação e a equipe técnica, sendo feita uma entrevista, testes psicológicos e um dia de teste. O teste consiste em, depois de aprovado nas outras etapas, acompanhar um dia de trabalho de outro educador para que consciente do trabalho a ser desempenhado possam se efetuar os trâmites burocráticos para contratação.

A função de educador passou recentemente por uma alteração em sua denominação, antes eles eram chamados de cuidadores, depois passando a serem chamados de monitores, e agora são chamados educadores sociais. Essa alteração apresenta uma diferenciação em como é entendida a função. Antes a ideia que se tinha da função era de que esta correspondia apenas a dar banho, comida e não necessariamente proporcionar atividades educativas. A casa é um lugar provisório, um lugar para que essas crianças e adolescentes estejam enquanto se organiza a vida de suas famílias, e assim a deles. Na casa é oferecida toda a atenção básica aos acolhidos, assim como o necessário para seu desenvolvimento, e os educadores são as pessoas mais presentes durante esse processo.

A casa possui um computador desktop em funcionamento, ele fica na sala localizada na parte dos fundos da casa, sendo assim mais utilizado pelos meninos. Há outros dois computadores, advindos por doações, que ainda serão instalados. A casa está passando por uma reforma, onde será construído um refeitório, e ampliada a cozinha e a sala dos computadores. Os adolescentes têm acesso à internet monitorado, nem todas as páginas ou jogos são permitidos.

Eles não têm motorista, há um carro à disposição, que fica no escritório central e é utilizado em determinadas ocasiões, quando necessário fazer deslocamento intramunicipal, por exemplo. Essas viagens devem ser agendadas com antecedência. Para as necessidades cotidianas, utilizam mais o aplicativo Uber, sendo os valores pagos pela instituição. O fato de

a casa ser centralizada, estando próxima a Policlínica, UPA, CAPS, CREAS¹³, facilita o deslocamento dos acolhidos acompanhados do educador ou equipe técnica.

Quando o adolescente chega ao abrigo ele passa pela equipe técnica (assistente social, psicóloga e coordenação), para que possam elencar as demandas que esse adolescente traz e assim poder estimar quais trabalhos poderão/deverão ser efetuados com essa criança ou adolescente. O trabalho é feito em conjunto com a rede do SUAS¹⁴ (CREAS e CAPS por exemplo), acompanha-se a família também, é preciso conhecer o histórico dessa família e dar continuidade aos atendimentos anteriores, se houverem, ou iniciá-los, caso necessário. O atendimento psicossocial é dado às crianças e/ou adolescentes e às suas famílias, trabalhando em equipe constantemente. Trabalha-se com todos os fatores, preza-se primeiramente pela saúde desse adolescente, pela educação, e no caso de maiores de 14 anos, se busca também o inserir no mercado de trabalho, na busca pela autonomia do adolescente.

Há uma rotina diurna e noturna, tanto para os acolhidos quanto para os funcionários. Esta é exposta em alguns ambientes da casa, nela consta a rotina de higiene, alimentação, horários para levantar, deitar, estudar e lazer (Anexo X). Essa rotina é o que orienta o trabalho na casa, é através dela que se busca trabalhar a disciplina, compromisso e autonomia nos acolhidos. Ela é também a tentativa de aproximar a rotina da casa de acolhimento ao que seria a rotina diária em suas casas, ou numa casa “comum”, para que esse lar provisório seja o mais semelhante possível a suas casas.

Como exigido pelas normas técnicas, o abrigo possui um regimento interno e um projeto político pedagógico. No entanto, o projeto político pedagógico, no período do trabalho de campo desta pesquisa, estava em processo de atualização, e por isso não foi disponibilizado pela equipe técnica. O regimento interno, que segundo a equipe é o documento mais utilizado por eles, me foi apresentado pela assistente social do abrigo. Solicitei uma cópia como parte integrante da pesquisa, no entanto, após consultar a coordenação geral, ela me informou que não poderia disponibilizar, mas poderia fazer a

13 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da Assistência Social que atende pessoas que vivenciam situações de violações de direitos ou de violências. Os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) são unidades especializadas em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental grave e persistente. Os centros oferecem um atendimento interdisciplinar, composto por uma equipe multiprofissional que reúne médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, entre outros especialistas. Já a *Unidade de Pronto Atendimento (UPA)* é uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS) que possui recursos para atingir grande parte dos casos de urgência e emergência relacionados à saúde.

14 SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

apresentação deste, o que então ocorreu mediante uma conversa realizada nas dependências do abrigo.

O regimento conta com vários pontos específicos, sendo o principal deles as funções de cada funcionário da casa, e de como os profissionais que atuam no abrigo devem se organizar ou agir com os acolhidos. Os funcionários no abrigo são: educadores sociais e auxiliares de educadores sociais, cozinheira, psicóloga, assistente social e coordenadora. Existem ainda outras funções que não são ocupadas no momento, seja por falta de demanda ou por não cumprirem os pré-requisitos necessários para a contratação de profissionais para estas funções.

A cozinheira tem a função de fazer os alimentos e etiquetá-los, pois os alimentos precisam ser todos datados para o armazenamento. A assistente social e a psicóloga são responsáveis pelos relatórios, acompanham audiências, acompanham questões de saúde e realizam atendimentos, tanto individuais como em conjunto: o atendimento psicossocial. São também responsáveis por atualizar o cadastro dos acolhidos: no sistema interno da entidade gerenciadora e o Sistema da Corregedoria (CUIDA). Esses sistemas são alimentados com os “diários” dos acolhidos, todas informações sobre saúde, educação e ocorrências com os acolhidos.

A psicóloga faz atendimento aos profissionais, eles podem agendar horário com ela. Ela é quem preferencialmente acompanha as crianças e adolescentes nos atendimentos fora da instituição (CAPS), podendo ser quaisquer das pessoas da equipe técnica, e no caso de não ser uma questão tão específica, o educador. Não existe um atendimento conjunto do CAPS com a psicóloga da casa, o acompanhamento é dado como responsável das crianças e dos adolescentes enquanto menores de idade, e pra resguardar algumas informações que por vezes podem ser inventadas pelos adolescentes. Por exemplo, uma adolescente que disse ao psicólogo do CAPS que não estava conseguindo dormir, quando na verdade dormia a noite toda. São comuns essas tentativas de manipulação por parte dos adolescentes, sendo o acompanhamento necessário para que se tenha um atendimento psicológico adequado e mais preciso.

O regimento trata dos direitos e deveres das crianças e adolescentes. Onde os direitos são direito à saúde, educação, ter um ambiente limpo e demais direito que compõe o ECA, considerando que o regimento é baseado nele. Os deveres são estudar, ir pra escola, cumprir as atividades ficam listadas na cozinha e na área do computador as atividades dos acolhidos,

com os respectivos horários a serem efetuadas. O principal dever do acolhido é ir para a escola. Há bastante dificuldade com isso, grande parte dos adolescentes que chegam ao abrigo estão evadidos da escola. Elas já receberam um adolescente há cinco anos fora da escola. Em sua maioria as crianças e adolescentes têm bastante dificuldade no sentido de cumprir os horários e obrigações na/para a escola.

O regimento estabelece padrões para estrutura da casa. A casa é mista, abriga meninos e meninas, porém é dividida. De um lado, na entrada principal da casa, sendo composta por uma sala, um quarto e um banheiro, ficam as meninas. Na outra extremidade dessa sala temos uma porta que dá acesso ao outro lado da casa. Passamos pelo banheiro, chegando na cozinha e há outros dois quartos nesse ambiente, um para os meninos e outro dos bebês. Passando pela cozinha chega-se na área de serviço, onde nos fundos encontra-se o escritório da equipe técnica. À direita há uma salinha com um computador e um sofá. Local onde fiz a maior parte das entrevistas. Saindo dessa sala pra rua, passamos pelo que seria a garagem, dando acesso ao portão principal. Esse acesso parece não ser utilizado para passagem, pois é parte integrante da primeira metade da casa. Nessa área as educadoras estendem roupa, por exemplo. O acesso mais utilizado para chegar a segunda metade da casa, ocupada pelos meninos, é pelo lado onde há um gramado e próximo ao portão principal um pequeno portão que dá acesso a ele. Nesse gramado há também varais que são utilizados pelos dois educadores, das meninas e dos meninos. As meninas são acompanhadas por uma educadora mulher, e os meninos por um educador homem.

No regimento, só aparece explicitamente que, em situação de necessidade de banho ou troca de roupas por quaisquer motivos de saúde ou impossibilidade dos acolhidos, meninas devem ser orientados por uma educadora mulher e meninos por educadores homens.

O regimento trata dessas situações específicas e sobre o trabalho e o acompanhamento dos educadores, a divisão da casa enquanto espaço físico é uma orientação da própria instituição, pois quando o serviço de acolhimento do município foi terceirizado havia já situações dadas na casa.

Alguns adolescentes que vieram da casa lar municipal namoravam, por exemplo, assim foi estabelecido como necessária essa separação por conta dos adolescentes, nas palavras da assistente social para “facilitar a organização”. Há momentos de interação entre todos, em brincadeiras ou atividades com projetos do abrigo.

Em suma, pode-se perceber significativa dificuldade na consolidação entre o conceito de Abrigo e o conceito de Casa Lar, o que permite inferir sobre a existência de limites evidentes entre o que a legislação propõe e o que de fato se efetiva, seja em relação à estrutura física, mas também pela diversidade de condições das crianças e jovens atendidos, e até mesmo pelas relações contratuais aparentemente pouco transparentes entre o poder público (contratante) e a entidade (contratada). Embora não se tenha tido acesso ao documento contratual em questão, mas, somado a isso, o fato de nem mesmo terem disponibilizado o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno da Casa Lar a esta pesquisadora, é possível notar que a falta de transparência possa estar expressando a consequente precariedade do serviço. Assim, se torna ainda fundamental a esta pesquisa a escuta dos profissionais quanto ao conceito de família operado por eles na instituição.

5. O CONCEITO DE FAMÍLIA ENTRE EDUCADORES SOCIAIS

Consideradas as contradições presentes no que se estabelece como normativa para o funcionamento de Abrigos e de Casas Lar e o modo como estas de fato funcionam, é relevante um estudo sobre como os sujeitos que atuam nessas instituições concebem o conceito família, pois é a partir dessa compreensão que se torna possível analisar se, em termos qualitativos, o espaço de Abrigos e de Casas Lar é capaz de instituir um novo conceito de família – seja pela ocorrência, entre seus educadores sociais, de um conceito comum ou pela combinação da diversidade de representações sobre família existente entre eles. Assim, será também possível analisar a relação entre as orientações institucionais e o trabalho que efetivamente se realizada nessas instituições.

Foram realizadas 08 entrevistas¹⁵ com educadores sociais por serem esses os profissionais que passam mais tempo e atuam mais diretamente com as crianças e adolescentes residentes no abrigo. Todas as entrevistas foram realizadas nas dependências do abrigo, utilizando seus cômodos disponíveis conforme as dinâmicas da instituição.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2019, mediante agendamento prévio e formalizadas em termos de consentimento livre e esclarecido¹⁶. Foram utilizados dois roteiros de entrevista, pois também ocorreram entrevistas com assistentes sociais, psicólogas e coordenadoras da instituição, mas essas entrevistas buscaram dar acesso a informações sobre o funcionamento efetivo da instituição tendo em vista a indisponibilidade de documentos, tal como mencionado anteriormente a respeito do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno.

O perfil dos educadores sociais entrevistados é diverso sob vários aspectos, de modo que se optou por apresentar as informações básicas sobre cada um deles de modo individualizado. Todavia, é importante ressaltar que são 4 mulheres e 4 homens, todos com mais de 30 anos, apenas 2 deles possuem ensino superior e em sua grande maioria são membros de religiões neopentecostais.

5.1. Primeira Entrevista

15 Os 08 entrevistados correspondem à totalidade dos educadores sociais que atuavam na instituição no momento da pesquisa.

16 Cf. Apêndice 3

A entrevista como o educador social 1 foi realizada na sala de TV, nos fundos da casa; assim que terminei a primeira entrevista com a coordenadora já pude conversar com o primeiro educador, sendo esta minha segunda entrevista do dia.

O entrevistado relata que ingressou na instituição por indicação de um amigo que já trabalhava no abrigo, e que o seu pai também já havia trabalhado na mesma instituição. Tanto pelos vínculos pessoais do entrevistado, mas também por seus valores, acredita que apesar de ser apenas mais um trabalho, quer ajudar crianças e adolescentes.

Eu tinha, na época que eu entrei, eu tinha um colega que já fazia parte do abrigo, surgiu a vaga ai ele me chamou, meu pai também já trabalhou nessa mesma instituição há muito tempo, então já vem de família o gosto de trabalhar com vidas, com adolescentes. Então é mais um trabalho pra mim, é pessoal do que profissional, é mais por querer estar ajudando mesmo as crianças e os adolescentes.

O entrevistado 1 trabalha há um ano na casa. Sua trajetória de vida influencia no seu trabalho no abrigo, onde afirma aprender muito com os acolhidos; aprendendo a ver e dar valor a muita coisa lá fora. A relação com os adolescentes é muito boa, ele disse que os adolescentes o escutam, buscam ele quando precisam conversar, também choram em sua presença.

Para o entrevistado 1, a principal demanda que os adolescentes trazem é a “*falta de amor*”. Houve casos dele dar um abraço no adolescente, e este dizer que nunca recebeu um abraço assim. Ele afirma que os educadores não são pais, nem mães das crianças e adolescentes acolhidos, mas são a referência que eles não possuem em casa. Muitos vêm de famílias com pais dependentes químicos, o que o faz buscar ser uma pessoa em quem eles possam confiar, se espelhar. Alguém com quem eles possam conversar, para que tenham a sensação de segurança, algo que segundo o entrevistado não existe em suas famílias de origem.

O entrevistado 1 afirma também que o convívio com os acolhidos alterou a forma como entende a sociedade e o conceito de família. Como o pai dele trabalhou por muito tempo na comunidade terapêutica gerenciada pela mesma entidade que gerencia o abrigo, ele sempre esteve próximo às pessoas nessa situação de acolhimento, “*no trabalho com vidas*” (em suas palavras). Isso o possibilita a olhar de outra forma pra sociedade, não ignorando as mazelas da sociedade e buscando contribuir de alguma forma.

Antes de trabalhar como educador, ele tinha um convívio com a família, depois ele passou a ver de outra forma, no sentido de dar mais valor à sua própria família. Ele é evangélico e desde os 9-10 anos de idade, sempre participou de trabalhos em casas-lares, através da Igreja.

O que foi passado quando ele começou, resumidamente, é que eles seriam pais e mães dos acolhidos.

A rotina com os acolhidos é bem atarefada, eles estão o tempo todo monitorando os horários para que eles mantenham as suas coisas organizadas, façam seus deveres, estudem, a ajudar eles, auxiliar, tirar dúvidas: *“Busca-se trabalhar com eles todas as etapas da vida, desde de ser uma pessoa organizada. Cada dia eles tem uma atividade específica pra fazer: o plantão é feito somente durante o dia, uma vez ou outra que é preciso trocar o plantão, eu faço a noite, mas meu plantão é durante o dia. Trabalham em torno de 3 (três) vezes por semana”*.

5.2. Segunda Entrevista

A entrevista com a educadora social 2 foi realizada na mesma sala de TV, também no meu primeiro dia de entrevista na presença do menino do casal de gêmeos, pois eles estavam chorando na ausência da educadora. Só pudemos conversar no fim do dia, pois ela estava bastante atarefada, era dia de faxina, então além dos cuidados com as adolescentes e principalmente os pequenos, ela estava limpando e lavando roupa o dia todo.

O coordenador do abrigo na época em que ela entrou, era seu amigo da Igreja; ele comentou com ela que estavam precisando de um educador social e perguntou se ela tinha interesse, ela falou que não era seu ramo mas aceitou fazer um teste. Então, passou por uma entrevista com a psicóloga, fez o teste psicotécnico, e foi dito que ali era uma casa onde se aprende, é uma casa em que você o dia a dia vai lhe ensinar a trabalhar com o adolescente, com o jovem e tem sido assim até hoje.

Sobre a rotina ela chega às 7 horas da manhã, o café está posto, as meninas já estão se arrumando pra ir pra escola, as educadoras se comunicam via Whatsapp, avisam lá se as meninas já saíram pra escola, já voltaram, por exemplo. Ela disse haver um grupo entre as educadoras mulheres e outro entre os educadores homens. A rotina é brincar, é conversar, é mostrar as cores, é dar a assistência de uma mãe para as adolescentes e as crianças. Ela disse não ser fácil, tem dias que as adolescentes ou as crianças menores não acordam muito bem,

então tem dias que são bem puxados. *“Mas nada que uma conversa, um carinho, uma boa atenção não resolva”*.

Há uma planilha de limpeza, tem um cronograma para as limpezas mais pesadas, aquele dia, por exemplo, era dia de limpar as janelas. É dividido entre as quatro educadoras, e as meninas acolhidas podem ajudar dependendo de seu estado, se não quiserem fazer não é obrigado.

Sobre a divisão da casa ela informou que as refeições são feitas em separado, café da manhã, almoço, café da tarde e janta. Apenas algumas atividades são feitas em conjunto, pra que haja interação na casa, mas sempre monitoradas, pois como são jovens, *“qualquer escapulida você já sabe o que pode acontecer”*.

Às vezes quando se está com poucos acolhidos, ou somente uma menina, por exemplo, aí se faz um almoço coletivo, um café coletivo, mas nunca eles todos, porque não tem condições, há sempre um pé de guerra entre eles, então pra que não haja atrito a coordenação resolveu separar.

Eu nunca tinha passado por isso, foi minha primeira vez, a primeira experiência, então assim, mexe muito, mexe muito com o seu emocional, mexe muito com a sua estrutura. Porque assim, não passa pela minha cabeça, nunca passou pela minha cabeça de estar onde eu estou hoje, e tem sido muito gratificante, a gente aprende muito. A gente aprende a dizer não quando tem que dizer, a ser mais rígida quando tem que ser, a dar mais carinho quando for preciso. E é um fator novo pra mim, estou a 6 (seis) meses na casa, então pra mim tem sido um fator muito novo, mas também muito gratificante. Se eu tivesse que escolher hoje, eu escolheria novamente o que eu estou fazendo.

Eu procuro às vezes ir lá atrás nas coisas que eu já passei pra passar pra elas, porque a gente costuma quebrar muito a cara, por não ouvir as pessoas, por não dar crédito aos pais, aos amigos verdadeiros. E então eu procuro ir lá atrás, nas coisas que eu já passei e eu mostro pra elas, olha, isso tá errado, eu passei por isso e por isso, e se eu tivesse ouvido, eu não teria quebrado tanto a cabeça, não teria sofrido tanto. Então as vezes sim, eu procuro mostrar o que eu já passei, e como elas não precisam passar por isso também.

A entrevistada 2 afirma não levar nada do abrigo, procura deixar ali, passa as doze horas ali dentro e quando sai do portão deixa ali. *“Minha casa é minha casa, meu trabalho é meu trabalho.”* Procura levar essa máxima por todos os lugares onde já trabalhou, não levar pra casa os problemas do trabalho, assim como não levar pro abrigo os problemas pessoais. Apesar de que tem o whatsapp, então toda hora tem mensagem, mas ela procura nem olhar muito, só quando está chamando demais.

Insistindo na questão, se não há reflexo algum do seu trabalho no abrigo em sua vida pessoal ela responde em uma longa digressão que merece ser integralmente registrada:

Assim, vou dizer pra você, no início mexia muito comigo. A gente teve um down aqui, um bebezinho down, e eu me apeguei muito a ele. Então se eu pudesse não ir pra casa pra tá com ele, cuidar dele, eu ficaria, tanto que quando ele foi pra outra casa eu chorei muito, mas a psicóloga conversou bastante comigo e me fez entender o outro lado, e a gente vai aprendendo. O dia a dia faz você separar as coisas. O que é daqui é daqui, o que é da minha casa é da minha casa. E o que é daqui fica aqui, e o que é da minha casa fica lá fora, pra quando eu for embora eu levar comigo.

O que foi passado pela psicóloga é que era uma casa de acolhimento, que vem bastante crianças com problemas, e era preciso aprender a lidar com a violência, com a falta de afeto. E é o que a gente faz, por mais que a gente passe por cursinhos, por aprimoramentos, é o dia a dia que vai fazer você fazer algo diferente, mostrar algo de diferente e mudar a história deles. Isso também quando eles deixam isso acontecer, porque muitas vezes eles não deixam, eles não querem, querem que seja do jeito deles.

A revolta é a principal demanda que os adolescentes trazem, é a falta do amor da família, a falta de compreensão, a falta da família em si, de um pai, de uma mãe, uma educação, de estar dentro de sua casa. Essa é a revolta deles, de tá aqui porque o pai não quer, porque a mãe não pode ficar, de tá aqui porque a vó não aguenta mais. Então essa é a situação que a gente vê que mexe muito na estrutura deles, dos pequeninhos não porque eles não entendem. Pra eles tudo é festa, tudo é novo, é uma tia por dia, então cada tia que vem é uma reação diferente, tem uma tia que mima mais, dá mais colo, tem uma tia que é mais ponderável, mas assim, a bagagem deles é eles querem um amor, eles querem um carinho, ao mesmo tempo eles querem um stop, porque jovem, eles querem tudo do jeito deles.

É passar o amor, o amor, acho que o amor quebra barreiras, o amor quebra o ódio, e o amor junta os cacos, os pedacinhos que tão dentro deles. O abraço é muito importante, é o perguntar “E ai, como você tá?”. Eu recebi num plantão que eu fiz, um casalsinho de haitianos, e a primeira coisa que eu fiz foi abraçá-los, e assim, o carinho que eu dei ali ficou marcado. Eles ficaram aqui duas semanas, mas foi o suficiente pra ela expor pra todo mundo assim “Nossa, aquela tia me passou algo que eu precisava.”. Entendeu? Porque naquele momento que eles chegam, que eles entram, eles entram com medo, coagidos, com medo de como é que vai ser, como vai ser o procedimento, como vão me tratar? E a primeira coisa que a gente procura sempre passar é o amor, de que estamos aqui pra ajudar, pra fazer a diferença, não pra afundar ou pra atrapalhar. Então acho que é isso ai, é o começo de uma casa-lar é você passar o que você tem, o amor, o carinho, o abraço, a mão estendida, é isso.

A entrevistada 2 afirma que só esteve presente na chegada do casal de haitianos no abrigo, comentou que como trabalham em regime de plantão, não vem sempre em seu plantão, às vezes vem a noite, outro dia que não do seu plantão, ou ao final de seu plantão, já está saindo quando chegam, pois é raro coincidir com o plantão diurno, principalmente. Por isso os haitianos marcaram, pois foi seu primeiro acolhimento:

Foi na madrugada, era 1h e pouco da manhã, então eles chegaram com o Conselho Tutelar, ela toda bichinho do mato, e a primeira coisa que eu fiz

foi envolver ela nos meus braços, e ele também, e foi uma coisa bem chocante, porque eles estavam bem bichinho do mato. Ai eu fui, passei as normas da casa, fui dar banho, conversar, dar lanche, isso tudo durante a madrugada, depois fui colocar pra dormir, dei um beijo de boa noite, e até ela falou “Nossa, nunca recebi isso”, então isso mexe com a gente. Ai toda vez, até chegar meu plantão ela ficava, “E aquela tia? Aquela tia?” Porque a primeira impressão é que fica, se o acolhido chega na casa e você já tratar de mau-humor, você não dá a ênfase de uma atenção, um carinho, já vai ficar aquela má impressão. Então, tanto eu como minhas colegas a gente buscar passar esse carinho.

Em relação ao desejo de retorno à família de origem, a entrevistada 2 afirma ser muito relativo, pois tem acolhidos que desejam retornar à família mas há outros que preferem ficar na casa, esperar ter 18 anos e seguir sua própria vida porque não percebem um reconhecimento da família. Mas há também as que estão esperando um processo judicial que lhes possibilite retornar ao seio da família.

Sobre a relação com as adolescentes a entrevistada afirma ser necessário ponderar, mostrando o que é certo e o que é errado e ao mesmo tempo oferecendo carinho e atenção a eles. *“Entre os menores é menos, pois eles não entendem, então pra eles é tudo festa, tudo diversão”*.

Por fim, a entrevistada afirma nunca ter visto esse tipo de coisa, não imaginava estar num lugar como esse e diz que essa experiência muda como vê seus filhos, como vê seus netos, para que eles não cheguem numa situação dessas.

5.3 Terceira Entrevista¹⁷

A entrevista com a educadora social 4 foi realizada no dia seguinte por volta das 19 horas e 30 minutos. Na mesma sala de TV, enquanto a entrevista era realizada, outro educador social dava atenção aos bebês e vigiava os adolescentes.

A entrevistada 4 trabalha com casa-lar há 5 (cinco) anos; antes da atual, trabalhou em outra Casa Lar no município e foi por indicação da psicóloga desta Casa, que ela conseguiu o trabalho no abrigo. Trabalha no abrigo desde o início da casa; não haviam nem acolhidos quando ela iniciou, há um pouco mais de um ano. Os primeiros acolhidos deste abrigo vieram da Casa Lar municipal. Ela passou a conhecer o que seria uma Casa Lar, quando iniciou seu trabalho, há cinco anos, na outra instituição que lhe indicou ao presente ofício.

¹⁷ A entrevistada 3 atua como cozinheira; assim, para fins de uniformização dos sujeitos da pesquisa seu depoimento não foi incorporado ao capítulo.

A entrevistada 4 diz ter aprendido mais do que ter ensinado. Diz que é necessário trabalhar com dois corações, pois não pode se apegar tanto. Ela diz levar experiências enquanto mãe para a casa, assim como leva situações da casa como aprendizado para sua casa, como dar mais atenção aos filhos, cobrar quando necessário, e principalmente amar sempre mais. Ela diz não imaginar, até trabalhar no abrigo pela primeira vez, que um pai ou uma mãe teriam coragem de abandonar um filho, acredita que a família é muito falha hoje. Sua definição de família é que esta seria amor, proteção. A obrigação de uma família então seria cuidar, proteger, e ela acha meio absurdo ser necessário uma casa-lar para proteger as crianças e adolescentes da família, quando esta deveria ser responsável pela proteção deles.

A relação com as adolescentes e crianças é boa, as adolescentes a tratam com muito respeito. Entretanto, a principal demanda entre as crianças e adolescentes para ela é a carência, falta de afeto, carinho amor, o que as torna muito assustadas, pois

[...] o abrigo é um recomeço para as crianças e adolescentes, eles vão aprender tudo aquilo que não aprenderam em casa ou com a família, desde respeitar o próximo, educação, higiene pessoal, tudo o que eles não aprenderam terão a oportunidade de aprender. É um recomeço.

Assim, a entrevistada 4 diz que conversa bastante com as meninas, elas trazem bastante questões da rua, e procuram para conversas. Leva um tempo até adquirir confiança, afinal no princípio são pessoas desconhecidas, mas depois de se sentirem mais à vontade, confiarem, elas conversam bastante, conseguindo falar o que pensam, o que sentem. Ela tem grande afinidade com as meninas.

Mesmo diante das demandas de acolhimento que se dão em contexto de insegurança e desconfiança, a entrevistada 4 diz perceber que sua rotina é bem mais leve, por ser plantão noturno. Seus afazeres são chegar, fazer a janta, encaminhar eles para fazerem seus deveres de escola ou organizar suas coisas, aqueles que não estudam à tarde. Às 22 horas eles tem de dormir, então ela fica o restante da noite monitorando o sono deles, administra remédios quando necessário. Ela diz que a rotina do dia é mais corrida que o da noite.

5.4. Quarta Entrevista

A entrevista com o educador social 5 foi realizada na sequência da entrevista com a educadora social 4, na mesma sala de TV, embora sem a presença de outras pessoas.

A inserção dele no abrigo não começou com a iniciativa de fazer um trabalho filantrópico, ele estava em busca de um emprego, não sabia qual era função do educador social, buscou saber isso antes da entrevista de contratação e julgou estar apto à função. Na ocasião lhe foi colocado que para ser educador social precisaria além de ter vontade, era preciso “*dar um gás a mais*”. No princípio seu interesse na função era estritamente financeiro, ele estava precisando de um emprego, foi o que surgiu e no que pôde trabalhar naquele momento, hoje porém, continua não só pela remuneração, que em sua avaliação é baixa para a função de educador social, mas por ter adquirido um carinho pela função. Assim, trabalha na casa há 7 (sete) meses.

Ainda sobre o processo de contratação, o entrevistado 5 afirma ter sido “normal”, como em qualquer outra empresa, deixou o currículo, e passou por uma entrevista onde foram feitas algumas perguntas “chave”, e outras, onde eram elencadas situações hipotéticas e analisado qual seria seu comportamento em cada situação. Apresentaram diversas situações difíceis que ele poderia encontrar na casa-lar, na tentativa de prepará-lo para a função. Ele comenta que é pai de dois filhos, um menino e uma menina, mas o perfil das crianças e adolescentes acolhidos é bem diferente de seus filhos.

O entrevistado 5 afirma nunca ter trabalhado em projetos semelhantes, hoje ele trabalha todas as noites, nesta casa e em outro projeto que acolhe jovens infratores.

Sobre as rotinas o entrevistado 5 afirma que todos os horários são estipulados pela instituição a partir da coordenação da casa e dos acolhidos:

Os horários das refeições, o tempo que pode ficar em frente à TV ou computador, os momentos e o tempo de interação entre meninos e meninas, as refeições conjuntas ou separadas. Em alguns momentos na casa é possível ter uma maior interação entre meninos e meninas, outros nem tanto, por exemplo.

O entrevistado 5 acredita que a sua trajetória de vida não influenciou no seu trabalho na instituição, mas a instituição influencia em sua vida pessoal. Ele mudou a forma de encarar várias coisas em sua vida pessoal. Ele acredita que o abrigo ajuda a tornar as pessoas mais humanas. Ele conta que é casado há 12 anos, tem dois filhos, a esposa dele já tinha um outro filho quando eles se conheceram, na época ele tinha 5 anos, hoje tem 17. Ele acompanhou a criação dele durante anos, ele também o considera como filho, mas os outros filhos dele com a esposa foram criados de uma forma já diferente da dele.

Ai quando você vai pra casa-lar e vê as crianças e adolescentes em determinadas situações, você percebe que a tua vida tá fora do eixo, que você tem muita coisa supérflua, porque ali as crianças precisam de muito pouco. Nem digo que é luxo, mas por exemplo, nesse Natal eu não estou preocupado com o que vou dar pros meus filhos, mas como no Natal passado nessa época eu já estaria questionando meus filhos sobre o que eles querem, porque é algo que a sociedade te impõe: “Minha amiga vai ganhar isso, eu também quero.”

E no abrigo não, às vezes um alimento que pros meus filhos não é nada demais, como um biscoito recheado, pros seus filhos não é nada. Essas vivências acabam te tornando mais humano, você acaba dando importância pra outras coisas que de repente não dava: 20 minutos a mais com teu filho, uma conversa que de repente você não tinha.

A retomada dos estudos também figura entre as influências provocadas pelo trabalho na casa-lar em relação a vida pessoal do entrevistado 5:

Às vezes se preocupava em comprar uma roupa de marca x ou andar com o carro tal... A casa meu deu isso, por exemplo, eu voltei a estudar há um tempo. Obvio, mas eu tranquei por problema financeiro, porque minha esposa queria terminar a dela e a gente não conseguia pagar as duas faculdades, mas eu não tinha tanta intenção, não sentia tanta aquela importância em terminar, tinha outros projetos. E hoje, o conhecimento pra mim é muito importante, a pessoa ter uma religião, a pessoa se relacionar com outras pessoas, hoje eu dou muito valor a isso. E ensino meus filhos a fazerem isso, a não serem crianças trancadas dentro de casa, dentro de um videogame ou envolvida com o computador, você se torna mais humano. É isso que influencia na minha vida, eu me tornei mais humano.

O entrevistado 5 afirma ter ótima relação com os acolhidos, no entanto ele não tem a postura de ser o “amigão” deles, a função dele ali é educar. No início, ele diz que acaba se envolvendo muito, tudo é um choque, todas as histórias e necessidades das crianças e adolescentes, e depois:

não que se torna normal, mas você entende que você não pode resolver tudo. Tem adolescentes ali que tem vícios, e quando entra no abrigo não pode mais usar. Então você acaba aprendendo a criar uma divisória, eu sou ser humano, eu gosto de me doar, mas eu tenho meu trabalho a fazer. [...]Tem os momentos de conversas, onde você aconselha eles como eu aconselharia meus filhos.

Entre os valores a serem trabalhados com os acolhidos, o entrevistado 5 destaca a “gratidão”.

Eu acho que a maior coisa que deveria ser trabalhado na casa-lar é a gratidão, porque eles não são crianças que tem gratidão. Apesar que eles precisam, mas no momento em que eles tem eles não sabem valorizar. Em que sentido, por exemplo, nós temos acolhidos que vem pra cá e comentam

que não tinham o que comer, tem acolhido que chegou aqui com 40/45kg e hoje tem 60kg, porque come no horário, então assim, você não tinha, você chegou aqui você tem, você tem que saber separar, tem que saber agradecer. Aí alguns chegam aqui na primeira semana comem de tudo, na segunda semana ele estão reclamando, que não gostam disso, que não está bem feito, que não gostaram. Então assim, acho que a gratidão deveria ser uma coisa que deveria ser trabalhado muito. Nós que somos formados por uma família, seja a formação que seja, nós temos esse sentimento de gratidão, a casa-lar como tem essas regras, pra alguns acabam levando como se fosse uma obrigação nossa, eles levam como se fosse obrigação, 20 horas a janta tem que estar lá. Se você não coloca às 20h, eles te cobram, porque eles sabem que é um direito deles, eles tem de comer às 20h. Então, se tivesse alguma coisa que eu fosse colocar, ah, gratidão. Eles vem com uma ingratidão tremenda, parece que nunca tá satisfeito, sempre tá faltando alguma coisa.

Sobre esse sentimento de falta, foi perguntado ao entrevistado 5 se ele conseguia identificar o que seria, e a resposta oferecida indica a dissociação entre as figuras familiares e os educadores, o que implica em algo como uma compensação às avessas, aqui representada pela expressão coloquial “descontar”.

[...] é como se eles fossem descontar em você tudo que eles sofreram lá fora. Já que ninguém me deu, e você tá me dando, nunca vai ser o suficiente. E você tá me dando porque você tá sendo pago por isso, então faça da melhor forma possível. Esse lance assim, por mais que você dê um carinho, uma atenção, você é um educador, você está sendo pago pra isso. Nunca com essas palavras, eu nunca ouvi nenhum deles falar isso, mas é o que imagino que passe pela cabeça deles. Na outra casa eles já falam mesmo, é outra relação.

O entrevistado 5 não reconhece haver a mesma importância nas rotinas diurnas e noturnas na casa-lar, sobretudo no que diz respeito à adesão dos acolhidos às regras da instituição.

Na rotina da noite você passa menos tempo com eles, eu entro às 19h, aí às 20h já é o horário da janta. Aí eu deixo eles aqui no computador, limpo lá dentro. Depois levo eles pra fazer a higiene, aí vejo se tem algo a organizar no quarto, as coisas deles, oriento. E às 22h eles dormem. Nós, educadores, temos 1 hora de descanso. Nosso trabalho é vigiar o sono deles, algumas vezes eles tem medicação a ser manipulada tarde da noite ou de madrugada, às vezes quando você vê tem um perambulando pela cozinha de madrugada, aí tu vai lá, ver o que ele quer e manda de volta pro quarto. Não pode ficar rodando a casa, ah, tô sem sono, tá sem sono fica no quarto. São as regras da casa né.

5.5. Quinta Entrevista

A entrevista com a educadora social 6 ocorreu na cozinha, logo após a troca de turno, ela havia acabado de chegar ao abrigo para iniciar seu plantão noturno quando conversamos.

A entrevistada 6 relata ter conhecido a instituição por meio de uma rede social: *“Eu vi um anúncio no Facebook, peguei o telefone, liguei e fiquei aguardando, uns três dias depois eles me ligaram, eu fiz a entrevista e em quatro dias me chamaram e comecei a trabalhar”*. Ela iniciou em outra unidade, como auxiliar de educador, e depois foi transferida para o abrigo estudado como educadora social. Ela está no abrigo desde o início. Os primeiros acolhidos foram os adolescentes que vieram da casa-lar municipal. Faz 19 (dezenove) anos que ela trabalha na área social, ela trabalhou com moradores de rua e depois migrou para o trabalho com crianças e adolescentes.

A entrevistada 6 afirma acreditar que as histórias da casa auxiliam em sua vida e procura trazer uma extensão de sua casa para o abrigo:

[...] de como é uma família, através de carinho, amor, quando preciso impor os limites e ouvi-las, tentar amenizar o sofrimento, suprir a atenção que elas procuram, você consegue ver um outro lado da vida que você não conseguia ver, com as histórias das meninas você leva pros seus filhos e consegue adquirir uma experiência muito grande.

A principal demanda que a entrevistada 6 ela percebe entre as adolescentes seria mais atenção da família.

Como cada uma vem com uma história diferente, cada uma necessita de um trabalho diferente. É como quando você tem filhos de várias idades, você precisa trabalhar a cabeça deles e a sua tem que ir junto, de 8, de 10 de 12 anos, você tem que ter cabeça pra todas essas idades. E aqui é a mesma coisa.

Falta a sociedade fazer muito pelos adolescentes, poderia ser bem diferente. Haveria de ter uma diferença no tratamento de saúde, escola, deveria haver uma inserção desses adolescentes na sociedade.

A entrevistada 6 diz ter uma boa relação com seus colegas, sobretudo em razão de garantia de alguma autonomia no trabalho:

“Cada educador faz o trabalho de seu jeito, as regras que existem para a organização da casa e para elas saírem da casa. Na conversa com elas, sobre como educar, como agir, as educadoras tem autonomia. [...] Nas reuniões mensais é levado o que está acontecendo, se há uma demanda muito grande de uma situação ou outra, os educadores levam à equipe técnica.

5.6. Sexta Entrevista

A entrevista com o educador social 7 foi realizada logo após a entrevista com a educadora social 6, também na cozinha do abrigo. Essas foram as entrevistas mais rápidas que fiz, pois os dois estavam chegando para iniciar seus plantões noturnos, logo após saírem do trânsito de final do dia, ainda agitados pelas demandas da rua e já cheios de informações a receber e demandas a atender dentro do abrigo.

O entrevistado diz ser cristão e que esse é um trabalho missionário. Ele estava em um momento da vida dele, “talvez crise dos 40”, em que ele precisava se rever como ser humano. Ele já trabalhou com dependentes químicos, alcoólicos, dentro de sua profissão, mas sua formação é em contabilidade. Ele sempre teve o desejo de trabalhar com órfãos, não imaginava que seria nesse formato. Ele voltou pra Santa Catarina em 2018, e na metade de 2018 para 2019, ele soube do projeto através da Igreja que frequenta, a qual estava recrutando pessoal para trabalhar e ele estava em um momento com dificuldade de encontrar trabalho. Culminou nessa oportunidade, foi uma casualidade de acordo com o que ele já tinha em mente. Ele já trabalhou em outro projeto antes de iniciar na atual instituição.

O entrevistado 7 afirma que trabalhar como educador é algo que já estava em seu coração, desde muito. Ele sempre gostou muito de crianças, não tinha ideia de que era tão complicado, “a família hoje é muito desestruturada”, ele não tinha noção da dificuldade que seria, mas reconhece o grande aprendizado que esse tipo de trabalho possibilita. Também reconhece certa influência familiar na escolha do trabalho, pois se trata de algo que sempre esteve com ele, trabalhar com pessoas, a mãe dele já trabalhava com isso, o pai e mesmo ele estando em outra atividade, sempre esteve voltado para essa questão.

A sua trajetória de vida com certeza influencia no seu trabalho, por suas experiências, ele diz que todos na vida já foram jovens, de modo que toda a trajetória contribui de alguma forma, seja uma trajetória difícil ou não. Nesse sentido reconhece também a importância em se considerar que os adolescentes trazem uma carga emocional muito grande.

O maior objetivo do educador é descobrir o centro do furacão deles. É preciso armar uma estratégia para trazer eles pra você, porque a maioria das vezes eles não estão acostumados à conversa. São agressivos. E é bem difícil, pois a maioria deles vem de uma desestrutura muito grande. A maioria deles tem um resquício de facção, é preciso tirar isso da cabeça deles, desde os menores aos maiores. Existe um mundo sombrio dentro de nossa sociedade que a gente não vê, são os excluídos.

Para o entrevistado 7 a maior demanda trazida pelos adolescentes é a disciplina.

Eles estão acostumados a receber um não, eles não entendem que o não, ele é bom. Muitos dos pais, muitas dessas famílias, eles nunca deram um não pros seus filhos. E os exemplos deles são os piores: é funk, é arma, é droga, é facção, essas coisas. Isso é o que temos que tirar deles. O mais difícil é trazer eles pra dentro de você, eu brinco muito e homeopaticamente você vai inserindo valores.

Pra mim a grande função do educador é passar valores pra eles. Me dói muito que boa parte deles vai voltar para o mesmo lugar. Na verdade minha função aqui não é nem saber de onde eles vem, pra onde eles vão, nem qual é o problema. Mas eu como educador, pra poder entender, pra eu poder ajudá-los, eu vou ter que descobrir. O que me dói porque eu sei que eles provavelmente vão voltar pro mesmo lar desestruturado, pro mesmo núcleo social desestruturado, então isso meio que me perturba um pouco. Mas é uma semente, eu to aqui pra plantar uma semente na vida deles, na mente deles, na cabeça deles. A maioria deles não pensam em fazer uma faculdade, entendeu? E eles tem que pensar nisso, tem que cegar lá, porque o estudo, a educação, é a única coisa que vai libertar eles desse mundo. Não que o mundo seja só ruim, são níveis sociais, e dentro de cada nível tem o que é bom e o que é ruim. Então é sementes, plantar sementes pra que eles colham lá na frente, eu acho que essa é a função.

Os valores seriam o respeito, a educação, a obediência, a participação. Tem menino aqui que se você vacilar, eles te desautorizam na frente de outros. Então o principal eu acredito que é isso, educação, que eles não tem educação em casa, então se a gente fizer eles entenderem que eles podem ser melhores, já é um grande passo.

Ele diz ter vindo de um mundo de classe média alta, sua família é pobre, mas pelo trabalho ele conseguiu andar em outros grupos sociais, e ele diz que o trabalho na casa o trouxe pra realidade. De que esse grupo em que ele viveu é muito restrito, a grande massa está nos níveis baixos, o que lhe permite tomar consciência da:

proporção de toda a deficiência da sociedade brasileira, principalmente na educação [pois] O que acontece, eu tive três casamentos mas eu não tive a dádiva de ser pai. Eu sou pai, mas eu sou um pai ausente, sou um pai distante, então pra mim eles são meus filhos, eu tenho eles pra mim como meus filhos. Eu educo eles da melhor maneira possível, os que não querem as vezes você precisa do apoio da equipe técnica. Eu tenho meu jeito, eles tem o deles, aí as vezes você tem que ceder, você vai se moldando.

Perguntando sobre o projeto político pedagógico, o entrevistado 7 disse não saber “se é político, mas é pedagógico”. O projeto é elaborado pela equipe técnica e se os educadores tem alguma dúvida em como agir, devem consultar a equipe. Ele diz que ele conversa muito com eles, conversa muito com deus, conversa com os educadores da outra casa onde trabalhou, com intuito de troca de experiência quando a procedimentos técnicos em relação aos adolescentes.

O entrevistado 7 diz ter uma boa relação com os acolhidos, embora ele perceba estar sendo sistematicamente testados por eles, mas ainda assim consegue ter uma boa relação apesar disso. Os momentos de proximidade são nas conversas, nas atividades proporcionadas pelos projetos externos. Todavia, em relação às demandas diárias dos acolhidos, embora seja possível “*descobrir tudo na conversa*”, é preciso saber chegar, pra poder identificar isso na proximidade, ao mesmo tempo em que “*eles precisam entender que você é uma autoridade, o que eles não estão habituados a ter, pessoas que tenham autoridade sobre eles*”.

Em relação às rotinas da casa-lar, o entrevistado afirma que procura fazer com que os adolescentes contribuam à limpeza da casa, mas não soube responder como um educador deve trabalhar a autonomia nos adolescentes, só ao final da entrevista enfatizou como isso é importante, pelo fato de que muitos deles não vão ter um lar para voltar ou serem inseridos até os 18 anos.

5.7. Sétima Entrevista

A entrevista com o educador social 8 foi realizada na parte lateral da casa, na área onde seria a garagem. Ele é formado em Administração em compras, logística e estoque; trabalha há 4 (quatro) meses no abrigo, no período diurno e já fez outros trabalhos para o abrigo como voluntário, e então surgiu a oportunidade de trabalhar na instituição, para a qual foi chamado pela própria instituição.

Perguntando se foi exigido pela instituição alguma concepção a respeito de família, ele me disse que não, na entrevista foram feitas questões para analisar se o seu perfil se adapta a profissão, se correspondia ao que esperam de um educador, e ele sendo contrato, acredita que possua amor para passar pra esses adolescentes e uma estrutura emocional para lidar com as diversas situações postas nesse trabalho.

Ele diz terem uma rotina um método de trabalho que mistura referência de sua própria família:

[...] é como se fossem pais ensinando seus filhos. Você vai dar a educação pra eles, reeducá-los, é como se fosse um pai criando um filho. É mais complicado do que se fossem seus filhos, pois eles já tiveram uma educação com suas famílias que não souberam educá-los, por isso estão ali, por não ter suporte familiar, por estar em vulnerabilidade social.

Sobre a relação com os acolhidos o entrevistado 8 afirma que muitas vezes é desrespeitado pois eles vêm com uma educação dirigida pelo mundo, e ele enquanto educador

precisa aceitar algumas coisas, que “engole seco”. Diz também ser uma relação bastante complexa, pois há falta de respeito, “*eles muitas vezes desautorizam o educador*”, e que se ocupa em ser flexível, na tentativa de entender o que eles passaram antes de estar no abrigo para então conseguir dialogar com eles.

Sobre a principal demanda entre os adolescentes, ele diz ser a “libertinagem” que eles tinham que os pais não tinham controle sobre eles. Segundo o educador eles pensam estar indo para uma casa de verão onde podem fazer o que quiserem, que acreditam estarem ali pela prefeitura, pelo governo, e podem fazer o que bem entender.

O grande trabalho é disciplinar os adolescentes [...] mostrar a eles que a vida não pode ser vivida da forma como eles querem, que existem regras, leis, a serem cumpridas e sem adequação a essas normas eles não serão uns “Zé ninguém”.

O entrevistado 8 reconhece as rotinas da casa como oportunidade para proporcionar educação aos acolhidos. Ele diz que no momento em que está ensinando os adolescentes o faz pensar em sua própria adolescência, e em como poderia ter tomado caminhos diferentes, nas escolhas erradas que ele fez, as coisas que deixou de fazer. Assim, reconhece também que esse trabalho afeta o seu emocional.

Esse é então um trabalho em que se desenvolve para o bem do ser humano, por mais que possa não ser gratificante de alguma forma, é gratificante para deus. Afinal, são órfãos, são crianças que não tiveram o amparo da família, que precisam de alguma ajuda que não encontraram na rua e ali podem ter. Os adolescentes são bastante fechados, é difícil eles se abrirem, mesmo após investidas do educador, é muito raro eles se abrirem mas também acontece.

O entrevistado 8 diz ter contato raramente com o outro lado da casa, apenas em situações em que fazem as refeições coletivamente ou quando vêm voluntários na casa. Ele pode dar ordens às meninas, mas quem toma conta delas, está direcionada a isso é sempre uma educadora. Segundo ele

Já houve muitos problemas, inclusive de as meninas dizerem que um educador já deu em cima delas [...] na puberdade, elas com os hormônios a flor da pele, os educadores homens evitam o contato com elas, porque querendo ou não já houve casos de assédio. Claro que elas passam pro outro lado da casa, pegam algum utensílio, a toalha no varal, mas já foi até mudado isso. O varal delas fica aqui (na garagem), pra não haver esse boato, essa acusação. Que já ocorreu, aí é caso de justiça, que já ocorreu, então pra evitar isso.

Por fim, o entrevistado 8 afirma que pra desenvolver esse trabalho é preciso ter amor, que é algo que ele já carregava com ele, “*apenas tem trabalhado mais com isso*”.

5.8. Oitava Entrevista

A entrevista com a educadora social 9, diferente das demais, foi realizada junto das adolescentes. A entrevistada estava bastante atarefada, precisava dar conta de muitos afazeres num tempo um pouco menor do que o habitual, pois nesse dia eles teriam reunião às 17 horas. Assim, a entrevista foi concedida após o café, na mesa da parte feminina, com as adolescentes fazendo um trabalho artesanal em sandálias, e os bebês hora no colo, hora em frente à TV. A entrevistada 9 foi sendo interrompida em vários momentos, seja pela dinâmica da casa ou pelo seu celular.

A entrevistada 9 possui formação de nível técnico em Enfermagem e cursou até a 4ª fase de Pedagogia. Ela diz aprender muito com as adolescentes, que elas a ensinaram muito sobre o que é o amor, e que lida com elas “*como se fosse uma mãe mesmo*”. Ela diz gostar muito do que faz, já trabalhou com idosos por 10 anos, e trabalhar com adolescentes ela diz ser “*um trabalhar de Deus na minha vida*”.

Precisando saber dizer um não quando necessário, ser amiga, estar atenta se elas estão bem ou não, pois assim como ela própria, enquanto educadora, tem dias que está bem outros nem tanto. A casa não se adapta a elas, elas precisam se adaptar a casa. E ali tem uma dinâmica diferente da casa delas, pois é um ambiente fechado, com regras, muitas vem com hábitos viciados, que é preciso retirar aos poucos, com amor. É preciso respeitar o tempo delas, pois nem sempre elas querem se abrir, e é preciso se adaptar aquela realidade. Cada uma tem seus traumas, seus medos, pois são crianças e adolescentes que saíram de suas casas por algum motivo, e tentar entender e amar o máximo possível, e fazer desse ambiente um ambiente familiar.

A entrevistada 9 soube da vaga de educadora por intermédio de amigos que já trabalham a bastante tempo na instituição. Ela conta que por ser evangélica, sempre ajudava instituições como asilos, mas sempre como voluntária nunca inserida na instituição. Ela diz que “*é outra visão, diferente de fazer um dia só e pronto*”. Na época ela trabalhava com uma idosa que acabara de falecer, então foi chamada para trabalhar no abrigo.

Eles disseram que era muito bom trabalhar lá, que conhecendo a palavra de Deus elas podiam passar pra elas, que elas podem ser órfãs de pai e mãe mas o verdadeiro pai é Cristo, e esse pode suprir aquela aflição ou a necessidade que elas tem.

E é o que ela procura passar para as meninas, que “*nem tudo é escuro, é mal, que dias melhores virão*”, e dar a expectativa de futuro.

Porque muitas delas chegam aqui achando que não vão ser nada na vida, que são feias, [...] Então cabe a nós mostrar uma outra perspectiva. As palavras-chave do abrigo são: amor e compreensão. Essas duas palavras se tu tiver tu consegue ir adiante, se tu não tiver fica complicado. [...] É preciso ter amor, porque se tu não tem amor, tu não vê o lado bom da coisa. Ah, elas não tão bem porque são ruim. Não. Elas não estão bem porque elas não estão num dia bom, como a gente também não tá, e também tem outras limitações, outras coisas, cada um tem seus medos, cada um tem seus traumas. Porque muitas meninas que passam pelo abrigo foram agredidas verbalmente, emocionalmente, violência doméstica, sexual, então tudo isso a gente tem que levar em consideração. É uma lacuna, é como se fosse uma capa que elas botam, e às vezes chega aqui agressiva, sem paciência. E tu tem que mostrar pra elas que aquele lado não vai levar a nada.”

A entrevistada 9 trabalha na instituição há 4 meses e afirma não ter sido exigido e nem fornecido qualquer formação específica; que apenas participou de um curso de manipulação de alimentos. Ainda assim, ela disse ter uma pasta com os documentos disponível aos educadores, com um guia onde consta os deveres e direitos dos educadores, as funções, Regimento Interno, Projeto Político Pedagógico e Orientações Técnicas.

Ela diz que no abrigo eles são uma família, sendo assim primordial o conceito de família, que pra ela “*é o amor, o respeito, compreensão*”.

Além da rotina diária intensa (orientar elas pra irem pra escola, acordar, trocar e botar mamadeira para os bebês; servir o almoço; fazer a oração antes da refeição; orientar quanto à higiene após o almoço; ajudar com os deveres escolares etc.), a entrevistada 9 afirma que sua principal função é orientar as acolhidas nas tarefas da casa, ajudá-las com os deveres da escola, acompanhar as meninas na escola, administrar medicamentos, sendo que esses ficam num local restrito, onde somente as educadoras tem acesso. Nesse contexto, reconhece ter uma boa relação com as acolhidas, embora:

“tem dias que elas não estão muito bem, mas é questão de saber entender todo o projeto”. Elas a buscam pra conversar, se abrem em algumas coisas. Elas não são ETs, são adolescentes como qualquer outra, só que elas tem, algumas passaram por algum trauma, alguma coisa que aconteceu que deixou elas mais duras, mais carente, alguma coisa. Mas é o geral de adolescente. Os traumas delas às vezes a gente nunca vai conseguir entender, o coração de uma menina que foi violentada, que apanhou, não, isso é uma coisa interna. Mas no geral são meninas normais, que tem medos

também, que precisam de amor, precisam ser entendidas. Sempre que vou fazer minhas coisas eu levo elas, agora por exemplo eu fui lá tirar meu dinheiro, aí levei elas, a gente tomou um caldo de cana, e tal. A gente conversa, também não sou aquela coisa, ah, não olha pro menino. A gente já passou por essa fase também. Eu procuro ser o mais amiga possível, quando não quer falar eu respeito também, tem dias que eu também não quero falar. Mas é isso, aqui a gente é uma família.

Embora a entrevistada 9 reconheça que, de certa forma, a sua trajetória de vida contribui em seu trabalho, no sentido de suas experiências servirem de exemplo para as meninas, Ela procura não misturar a vida fora do abrigo e o trabalho no abrigo.

A entrevistada 9 se diz abalada pela chegada dos gêmeos; diz orar todos os dias para que Deus dê um lar para essas crianças, e que isso mudou sua forma de pensar e cuidar de sua própria vida: “*onde eu gasto meu dinheiro; não deixo meus filhos jogarem comida fora, desperdiçar com roupa*”. Por isso ela diz que as acolhidas exercem maior influência na sua vida do que ela influencia na vida das acolhidas. Assim, ela se sente “*como mãe delas, só não pode dar um pescoção [risos], mas é como se fosse mãe delas [...]* O não também é uma forma de amar.” Ela, assim como outros educadores falam muito em amor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos das educadoras e educadores entrevistados evidenciam que não há um padrão na conduta do educador social. A legislação orienta que serviços de acolhimento devem ser um lar provisório, “*quando, para a proteção de sua integridade física e psicológica, for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem(...), os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável, devendo-se trabalhar no sentido de viabilizar a reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta*”¹⁸, de modo que se deva propiciar o estabelecimento de vínculos com a comunidade. Entretanto, as relações comunitárias dos acolhidos tornam-se restritas à escola e/ou às dinâmicas do próprio abrigo, seja dos projetos que o visitam, seja na participação dos acolhidos em outros serviços oferecidos pelo Estado. Os acolhidos muitas vezes vêm dos mesmos bairros e possuem semelhanças em suas dinâmicas familiares de origem – o que pode ser percebido pelos relatos dos educadores a respeito da relação que possuem com os abrigados e suas principais demandas – no entanto, essas dinâmicas são vistas pelos educadores como prejudiciais ao desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

Não só as realidades das crianças e adolescentes acolhidos destoam das vivências dos educadores, como esses, em sua diversidade, e por não haver uma formação específica à função, acabam por reproduzir compreensões distintas do que seria um lar. Suas trajetórias, vivências familiares e seus juízos de valores, estão presentes na maneira pela qual conduzem sua atividade no abrigo. Nem todos afirmam que suas trajetórias de vida influem no trabalho como educador, contudo, essa influência fica evidente em todas as falas.

O trabalho do educador social é essencial ao funcionamento desse serviço de acolhimento, não havendo exigência de formação específica, ele pode ser ocupado por qualquer indivíduo que possua o ensino médio completo. No documento de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento à Criança e ao Adolescente*, é estabelecido como desejável que se tenha uma formação específica, porém os relatos dos entrevistados demonstram que não ocorre desse modo: há educadores que iniciaram seu trabalho sem conhecer qualquer uma das modalidades dos serviços de acolhimento. Segundo uma das entrevistadas, ao ser contratada foi lhe repassado que ela aprenderia na prática, no ofício da função. Ao analisar os relatos dos entrevistados sobre as demandas dos acolhidos e as relações que se estabelecem entre o(a) educador(a) e a criança ou adolescente, são diversas as situações que exigem um trato especializado, ou mesmo uma formação para que esses educadores estejam habilitados a lidar com essas crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Elas chegam ao abrigo vulneráveis, desassistidas e, muitas vezes, após algum episódio de violência, sofrido diretamente ou presenciado. Com esse histórico, as

18 https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf

adversidades que surgem no convívio com os acolhidos são diversas e muitas vezes sensíveis devido a suas trajetórias.

Uma das entrevistadas conta como foi difícil para ela se separar de uma bebê que precisou ser transferida para outro abrigo. Essa é a situação mais comum a ocorrer nesses abrigos, afinal, são eles lares provisórios, nenhuma criança ou adolescente deve permanecer nessas instituições por período maior que 2 (dois) anos. São muitos os casos em que elas permanecem por mais tempo, ou em algumas situações, até completarem 18 (dezoito) anos. Porém os educadores devem estar cientes de que aquele não é o lar daquelas crianças e adolescentes, e segundo as *Orientações Técnicas*, ainda que devam estabelecer relações de afeto e confiança com os abrigados, é importante que compreendam o seu lugar como educador social, e a transitoriedade desses afetos.

O caso dessa educadora, é um exemplo de como essas Orientações não são repassadas aos educadores sociais de forma efetiva. Em outra entrevista, uma educadora comentou que os documentos oficiais (ECA, Orientações Técnicas, Projeto Político Pedagógico, etc.) estão disponíveis para consulta dos educadores, na sala da direção, e que desde que trabalha no abrigo, nunca houve formações para apresentação ou estudo desses documentos.

Todos os entrevistados pontuam a ausência de relações afáveis, como uma característica geral dos acolhidos. Segundo os relatos isso é apresentado pelos acolhidos como carência de atenção ou surpresa a tratos acolhedores, e relatado pela maioria dos entrevistados de maneira abstrata, dizendo que lhes "*falta amor*". Todos os entrevistados buscam suprir essa demanda, cada qual ao seu modo, dentro do que compreendem ser *amor* e nas possíveis formas de manifestá-lo. As educadoras mulheres, quais são responsáveis pelo cuidado com as meninas e crianças até os 2 anos de idade, buscam suprir essa falta a partir do contato com as acolhidas através de um abraço ou beijo de boa noite, por exemplo. Entre os meninos e educadores homens, o contato se dá principalmente através de conversas. O que também ocorre na ala feminina do abrigo. Todos entrevistados frisam a importância do diálogo com os acolhidos.

Assim, torna-se relevante os discursos empreendidos pelos educadores, bem como a habilidade dos acolhidos em se manifestar de tal forma. É através da fala que educadores e abrigados aproximam-se e resolvem conflitos. O fato das crianças com idade inferior a 2 anos ficarem sob o cuidado das educadoras mulheres, pode explicar porque estas utilizam de outras formas de aproximação com os abrigados. Para as crianças que ainda não desenvolveram a fala, é necessário que o acolhimento se dê a partir de outras linguagens, como consta nos relatos o abraço.

Outra fala recorrente é a necessidade de disciplina aos abrigados. A disciplina expressa pelos entrevistados diz respeito, em sua maioria, ao cumprimento das regras da casa, que se estendem à rotina diária de todos os acolhidos. Eles possuem horário para as refeições, para tomar banho, fazer os deveres da escola e dormir. Além disso, devem obedecer a divisão do

espaço (área feminina e área masculina), bem como os horários em que podem circular em determinados ambientes da casa.

A maneira pela qual é organizada a rotina da casa, lembra de longe uma rotina familiar. O número de acolhidos, contraposto ao número de educadores por turno (dois), faz essa rotina parecer muito mais com uma rotina escolar do que familiar. Considerando que as escolas possuem um ordenamento que remete ao militarismo e faz dessa uma instituição de controle, pode-se inferir o mesmo sobre o abrigo AMAR II. O regramento pouco flexível, a exigência de uma postura categorizada e a vigilância constante, salientam como esses abrigos estão próximos a uma instituição de controle, o que se contrapõe à ideia de acolhimento.

Os educadores e educadoras entrevistados trazem como principal demanda das crianças e adolescentes acolhidos: o carinho, o amor, a atenção e o diálogo. Ao mesmo tempo se projetam como exemplos, a partir de suas vivências e história de vida, das quais a maioria acredita ser ilibada. A maioria dos educadores sociais do abrigo estudado são de religiões neopentecostais, alguns deles levam o trabalho no abrigo como “*missão*”, outros entendem que sua conduta de vida dentro dos preceitos da religião, pode ser inspirador principalmente aos adolescentes.

Há uma preocupação distinta com os adolescentes e pré-adolescentes. É possível perceber através das entrevistas que há educadores que lidam melhor com os adolescentes e outros que demonstram maior empatia com as crianças, especialmente as menores. Quando se referem aos adolescentes, os entrevistados apresentam preocupação quanto ao respeito às regras da instituição e a condutas, que um dos entrevistados nomeou como “*libertinagem*”. Nessas situações, mas também com as crianças, os educadores e educadoras expressam a necessidade de desenvolver nos abrigados a “*disciplina*”, fala essa recorrente entre os entrevistados. Essas falas contrastam com as falas em que são trazidas as demandas dos acolhidos, não pelo seu conteúdo em si, mas pelo tom e forma como são apresentadas. Quando nas entrevistas falamos sobre as demandas das crianças e adolescentes, foi comum a boa parte dos entrevistados um tom de complacência, na maioria das vezes responsabilizando as famílias de origem por aquelas faltas¹⁹. Ao passo que quando falamos sobre a rotina no abrigo, aparecem os pontos de conflito, onde os entrevistados apresentam uma postura mais rígida e destacam *obediência*, *disciplina* e distinção entre *o certo e o errado*, como habilidades essenciais a serem *ensinadas* às crianças e adolescentes do abrigo.

A partir dos relatos das educadoras e educadores entrevistados, infere-se como principal função da família propiciar um ambiente de afeto sobre seus entes, de modo que a institucionalidade desses abrigos não permite o pleno desenvolvimento de relações que supram essa demanda. Aparecem nas entrevistas outros elementos como a proteção, a seguridade social²⁰ e a disciplina. De modo que as percepções e atividades dos educadores no abrigo, conversam com as diversas nuances ao que estes compreendem como família. A

19 Em geral os educadores desconhecem os motivos para acolhimento, essa é uma informação sigilosa, somente a psicóloga, a assistente social e a diretora possuem essas informações. Contudo, essas informações vazam pelos próprios acolhidos em boa parte das vezes.

insuficiência de normativas dos órgãos governamentais no que se refere aos Serviços de Acolhimento, assim como a inexistência de capacitação aos educadores tornam o ambiente de um abrigo institucional passível à diretrizes individualizadas ou estabelecidas de acordo com as propostas de entidades conveniadas, como apresentado na presente pesquisa.

20 A seguridade social é vista pelos entrevistados não como a disposição material, mas é considerada à medida do esforço para possibilitar tal condição.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Maria do Carmo Salviano. **Os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social.** In: bibliotecadigital.fgv.br.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

ARROYO, A. P.M. **A concepção de família para os assistentes sociais.** 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1997.

BARON, P. F. C. **A (in)visibilidade da atuação profissional do serviço social na Casa Lar Municipal de Biguaçu através de seus instrumentais técnico operativos: está garantindo um direito?** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** (1990) Lei Federal nº 8.069. São Paulo: Forja, 1990.

CANEVACCI, M. **A dialética da família.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARNEIRO, T. F. **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas.** Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2003.

CORRÊA, M. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANCISCO, JULIO CESAR; LIMA, AGNALDO SOARES; GROppo, LUÍS ANTONIO. Tramitação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional (1989-1990). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, e2015252, 2020.

FONSECA, Cláudia. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **BIB 27: 51 73**, 1989.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. In: **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n.71, p.102 21, set. 2002.

IZAR, JULIANA GAMA. A práxis educativa e o projeto político pedagógico em abrigos para crianças e adolescentes. In: **Revista de Ciências da Educação**, ano XV, n. 28, jun 2013 pp 80-88.

KROTH, Vanessa Wendt. **As famílias e os seus direitos no Brasil: Conceituação sócio histórica, previsão legal e decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça entre a Constituição Federal de 1 988 e o Código Civil de 2002.** Dissertação

(Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, NHD. Recomeçar: família, filhos e desafios [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Orientações para elaboração do plano individual de atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento**. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF**. Volume 2. 1ª Edição, Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei**: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade (Tesis de Maestría). Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis, Assis, Brasil, 1996.

PETRI, Marilene. **Casa Lar Biguaçu Rumo a Construção de um Projeto de Desabrigamento**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora Professora Waldirene Vieira Gomes. Florianópolis, 2003.

RIZZINI, I. **A assistência à infância na passagem para o século XX**: Da repressão à reeducação. Fórum Educacional, 14, 77-94, 1990.

VASCONCELLOS, M. S. (1997). Os orfanatos e a ideologia da reintegração. In: MERISSE, A., J. S. Justos, L. C. da Rocha & M. S. Vasconcelos (Orgs.), **Lugares da infância**: Reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato (pp. 53-69). São Paulo: Arte e Ciência.

APÊNDICES

1. Roteiro de entrevista com assistente social/coordenadora do abrigo

Apresentação. Boa tarde, sou Franciele, estudante do curso de Ciências Sociais na UFSC, e esta entrevista é parte do meu trabalho de conclusão de curso. Fui também professora em algumas escolas do município. Em 2015 trabalhei na Casa Lar municipal, sendo dessa experiência e contato surgiu o interesse em pesquisar essa modalidade específica de abrigo.

A pesquisa busca compreender como os monitores que atuam na Casa Lar compreendem e trabalham a concepção de família nesse ambiente.

Com o fechamento da casa lar municipal, tive a informação de que o serviço de acolhimento foi terceirizado, e nessas instituições que passaram a atender as crianças e adolescentes, o atendimento se dá por faixa etária, sendo as crianças encaminhadas para uma instituição, e os adolescentes encaminhados pra outra.

- 1 Desse modo, gostaria de saber em qual modalidade de acolhimento a instituição pesquisada se enquadra, e que você me contasse um pouco sobre a história dessa instituição nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, e do surgimento dessa unidade especificamente;
- 2 Como se deu o convênio com a prefeitura municipal; e como funciona esse convênio;
- 3 Qual a sua avaliação sobre as mudanças no atendimento às crianças e adolescentes em função do fechamento da Casa Lar municipal;
- 4 Como você avalia o funcionamento dos abrigos, tanto o municipal como os atuais;
- 5 Vocês seguem as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do CONANDA; (última atualização 2009)
- 6 Possuem um Projeto Político Pedagógico; (eu poderia ter acesso a ele?)
- 7 Quais outros documentos regem o funcionamento do abrigo;
- 8 Como funciona o abrigo: qual a rotina funcionários e adolescentes no abrigo;
- 9 Como se dá a contratação dos educadores/monitores do abrigo;
- 10 É exigida ou fornecida alguma formação;
- 11 Quais são as exigências à contratação;

- 12 Existe um conceito sobre família que os funcionários do abrigo precisam ou devem ter;
- 13 Caso exista:
 - 13.a Como isso é avaliado no momento da contratação dos funcionários;
- 14 Você enquanto parte da equipe técnica: como se deu sua inserção no abrigo;
- 15 Quais foram os requisitos necessários à sua contratação; Houve algum tipo de formação/exigência;
- 16 Como é a sua relação com os adolescentes no abrigo;
- 17 O que você percebe como questão mais presente no convívio com os adolescentes;
- 18 O convívio com eles alterou de alguma forma a sua concepção de sociedade e de família;
- 19 Como as suas vivências/experiências anteriores ao trabalho no abrigo contribuem para sua atuação aqui;
- 20 Seria possível eu conversar com os educadores; talvez retornando diariamente na próxima semana e/ou passando os dias e início das noites aqui para poder acompanhar um pouco da rotina deles com os adolescentes e ter a oportunidade de ter mais tempo para as entrevistas/conversas sem atrapalhar o desenvolvimento das suas atividades no abrigo.
- 21 Isso seria necessário para a metodologia da pesquisa: trajetórias de vida.

2. Roteiro de entrevista com Educadores Sociais/Monitores

Apresentação. Boa tarde, sou Franciele, estudante do curso de Ciências Sociais na UFSC, e esta entrevista é parte do meu trabalho de conclusão de curso. A pesquisa busca compreender qual(ais) concepção de família está presente nesse ambiente. Em 2015, trabalhei na Casa Lar municipal, e dessa experiência e contato que surgiu o interesse em pesquisar essa modalidade específica de abrigo. Com o fechamento da casa lar municipal, tive a informação de que o serviço de acolhimento foi terceirizado, sendo o atendimento agora disponibilizado por outras duas instituições.

- 1 Como se deu sua inserção no abrigo;
- 2 Como você soube desse trabalho;

- 3 O que te motivou a trabalhar como educador(a)/monitor(a);
- 4 Há quanto tempo você trabalha aqui;
- 5 Você conheceu a casa lar municipal;
- 6 Se sim:
 - 6.a Qual a sua avaliação sobre as mudanças no atendimento às crianças e adolescentes em função do fechamento da Casa Lar municipal;
 - 6.b Como você avalia o funcionamento dos abrigos, tanto o municipal como os atuais;
- 7 Você acredita que a sua trajetória influencia seu trabalho no abrigo;
- 8 De que modo;
- 9 E o trabalho no abrigo exerce alguma influência sob sua vida pessoal;
- 10 Em que aspecto; como;
- 11 Como é a sua relação com os adolescentes no abrigo
- 12 O que você percebe como questão mais presente no convívio com os adolescentes;
- 13 Como trata/procura trabalhar isso;
- 14 O convívio com eles alterou de alguma forma a sua concepção de sociedade e de família

3. Termo de autorização para gravação de voz

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

Eu, _____, RG: _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “O conceito de *Família* operante na Casa Lar municipal de Biguaçu” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Franciele Silveira Borges a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

- Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
- Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
- Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
- Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora Franciele Silveira Borges, e após esse período, serão destruídos e;
- Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Biguaçu, ___ de _____ de 2019.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável